



UC/FPCE_2015

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes de enfermagem

Ana Raquel Freitas Nóbrega (e-mail: anaraquelnobrega@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia área de especialização em Psicoterapia Sistémica e Familiar sob a orientação de Professora Doutora Maria Madalena Santos Torres Veiga de Carvalho

Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes de enfermagem

O presente estudo tem como primordial finalidade investigar as percepções e crenças subjacentes à violência entre parceiros íntimos (VPI), numa amostra de estudantes universitários com área de formação académica em Enfermagem. Foi administrado aos 198 participantes um protocolo de investigação constituído por um Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares, pela Escala de Táticas de Conflito Revisadas (*The Revised Conflict Tactics Scales – CTS-2*) de Murray Straus (1996), o Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e o Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR), ambos construídos por Alarcão, Alberto, Correia e Camelo (2007).

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam um baixo grau de legitimação da violência nas relações íntimas, tanto ao nível da subamostra dos indivíduos do sexo feminino, como do masculino. As agressões mais perpetradas e vitimadas pelos sujeitos da amostra foram as agressões psicológicas e as físicas ligeiras.

A análise da variável formação (antes ou durante o curso superior) mostrou não existirem diferenças significativas nas representações sociais da VPI entre os indivíduos que frequentaram e os que nunca frequentaram formações acerca desta problemática. Levantamos a questão da importância de refletir (e eventualmente rever) sobre a formação em VPI a que os alunos de enfermagem têm acesso e, nalguns casos, frequentam.

Em futuras investigações seria interessante reunir amostras maiores e mais heterogéneas, com vista a recolherem-se mais dados acerca das crenças e comportamentos associados à VPI em populações jovens, de forma a fomentar uma maior consciencialização e prevenção deste fenómeno.

Palavras chave: Violência entre parceiros íntimos, estudantes de Enfermagem, representações sociais, variáveis sociodemográficas, formação.

Social representations of Intimate Partner Violence among nursing students

The present study main purpose is to investigate the perceptions and beliefs underlying intimate partner violence (IPV), among a sample of nursing students. In order to do so, an investigation protocol was administered to the 198 participants, which included a Sociodemographic Questionnaire, Murray Straus' (1996) Revised Conflict Tactics Scales (CTS-2), the Conjugal Violence Questionnaire – Stories (QRVC-HIS) and the Conjugal Violence Questionnaire – Causes, Maintenance and Resolution (QVC-CMR), both developed by Alarcão, Alberto, Correia and Camelo (2007).

The results obtained in this study show a low degree of legitimization of violence in intimate relationships, from both male and female subsamples. The most perpetrated and victimized aggressions reported by the sample subjects were the psychological and physical aggressions.

The education variable analyses (before and during their academic degree) showed no significant differences between the social representations of individuals who did and did not attend any kind of education regarding this issue. We raise an issue regarding the importance of a reflection (and eventually review) concerning the education in IPV that nursing students have access to and, in some cases, do attempt.

In future investigations it would be interesting to gather a larger and more heterogeneous sample of students, in order to find more data concerning the beliefs and behaviors associated to IPV, and also to raise awareness and preventive measures towards this phenomenon.

Key Words: Intimate partner violence, nursing students, social representations, sociodemographic variables, education.

Agradecimentos

À minha orientadora Professora Doutora Madalena de Carvalho, pela orientação, compreensão e apoio ao longo deste ano cheio de novas experiências e desafios.

Aos meus pais, Rui e Nina, os patrocinadores oficiais desta aventura, por todos os esforços, todo o apoio, amor e confiança que depositam em mim. Não seria a pessoa que sou hoje nem estaria a escrever este agradecimento se não tivesse estas pessoas maravilhas do meu lado.

Ao meu irmão, André, por tudo o que significa ser um irmão, um melhor amigo e por me motivar a ser o melhor que posso ser.

À minha prima Isabel, que me acompanhou desde o início deste longo percurso, fez a distância de casa não parecer tão grande, com quem partilhei momentos inesquecíveis e me tranquilizou em momentos de desassossego.

À minha amiga Sónia, pela amizade, pela força, pelo apoio e incentivo ao longo destes anos. Pela partilha de bons, maus e fantásticos momentos, por tudo o que aprendemos juntas. Coimbra não teria sido a mesma sem estes momentos, que trago sempre comigo.

À minha amiga Bárbara, por toda a boa disposição, repelente de tristezas tão característico teu e pela tua amizade incondicional. Por estares presente apesar da distância e acreditares em mim.

A todos os meus restantes familiares e amigos que me acompanharam e que, apesar de não conseguir mencioná-los a todos aqui, não os torna menos especiais e importantes, nesta etapa da minha vida e todas as outras.

A todos, o meu profundo Obrigada.

Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento Conceptual.....	2
1.1 A Violência entre Parceiros Íntimos.....	2
1.2 Representações Sociais.....	4
1.3 Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos	6
II – Objetivos.....	9
III – Metodologia.....	11
3.1 Descrição da Amostra.....	11
3.2 Instrumentos de Avaliação.....	14
3.2.1 Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares.....	14
3.2.2 Escalas de Táticas de Conflitos Revisadas (CTS-2).....	15
3.2.3 Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS).....	16
3.2.4 Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR).....	17
3.3 Procedimentos de investigação.....	18
3.4 Procedimentos estatísticos.....	19
IV – Resultados.....	20
4.1 Representações sociais associadas à VPI (QRVC-HIS e QVC-CMR).....	20
4.2 Resolução de conflitos entre parceiros íntimos (CTS-2).....	25
4.3 Influência da variável formação em VPI nas representações sociais...29	
4.3.1 Influência da variável duração da formação em VPI nas representações sociais.....	30
4.4 Influência de variáveis sociodemográficas nas representações sociais da VPI.....	30
4.4.1 Interação sexo/idade.....	30
4.4.2 Interação sexo/zona de residência.....	31
V – Discussão.....	31
5.1 Representações sociais associadas à VPI (QRVC-HIS e QVC-CMR).....	31
5.2 Resolução de conflitos entre parceiros íntimos (CTS-2).....	35
5.3 Influência da formação nas representações sociais acerca da VPI.....	38

5.4 Influência de variáveis sociodemográficas nas representações sociais da VPI.....	39
VI – Conclusões.....	41
6.1 Limitações do estudo e investigações futuras.....	42
Bibliografia.....	43
Anexos.....	48

Introdução

A violência entre parceiros íntimos (VPI) consiste num fenómeno presente na nossa sociedade há diversas décadas, sendo expressa através de várias formas e contornos. Porém, estes comportamentos abusivos circunscreviam-se apenas à esfera familiar, não sendo objeto de estudo.

Na atualidade, o estudo destes comportamentos e dos seus efeitos nas vítimas tem sido alvo de um crescente enfoque, ao nível social e científico (Caridade & Machado, 2006). Hoje, este fenómeno é mais discutido e menos aceite socialmente, ainda que, de certa forma, ainda banalizado. Este tipo de violência é considerado uma violação dos direitos humanos, sendo necessária a sua divulgação no sentido de uma prevenção e intervenção precoce e, consequentemente, mais eficaz. Nesta linha, Stewart e colaboradores (2012) sublinham a importância do estabelecimento de medidas preventivas ao nível social, educacional e legal.

Estudos realizados no âmbito das relações íntimas entre jovens tem evidenciado índices de perpetração e vitimação da violência deveras preocupantes, apesar desta população demonstrar crenças pouco legitimadoras destes comportamentos abusivos, tanto a nível nacional (Caridade, Machado, & Vaz, 2007), como internacional (Magdol et al., 1997).

Os estudos acerca das representações sociais mantidas por estudantes de enfermagem quanto à VPI ainda são relativamente escassos, apesar da sua relevância. Neste sentido, o presente estudo foi realizado com o intuito de ajudar a colmatar essas faltas e disponibilizar mais dados à base teórica existente, propondo-se a testar os pressupostos referidos, ou seja, as crenças legitimadoras, desta amostra de futuros profissionais de saúde, em relação à VPI, assim como as condutas a que estes sujeitos acedem para a resolução de conflitos nas suas próprias relações de namoro.

Além do foque em algumas variáveis sociodemográficas particulares, procurou-se introduzir uma variável que é pouco estudada neste âmbito, nomeadamente o impacto que a formação adquirida terá nas crenças dos estudantes que, supomos, terá implicações na sua atuação junto das vítimas.

I – Enquadramento conceptual

1.1 A Violência entre Parceiros Íntimos

A violência nas relações íntimas não é um fenómeno recente, sendo uma prática comum onde as mulheres, desde os tempos mais remotos, foram maltratadas pelos homens, assumindo uma postura subordinada e subserviente (Walker, 1994, como citado em Caridade & Machado, 2006).

Diversas pesquisas descrevem a VPI como sendo, numa primeira instância, um conjunto de comportamentos abusivos por parte de sujeitos do sexo masculino para com as suas companheiras. Assim, aludem a estas condutas como uma repercussão de regras sociais e crenças patriarcais que encorajam uma postura de dominação por parte do homem e submissão por parte das mulheres (Dobash & Dobash, 1979, como citado em Dixon & Graham-Kevan, 2011), sendo tradicionalmente a VPI conceptualizada através de um paradigma feminista, onde as mulheres eram vistas como vítimas ou agressoras apenas para sua autodefesa (Stith et al., 2012).

A comunidade científica e clínica tem estado envolvida num complexo debate, ao longo dos últimos 40 anos, com o intuito de se estipular a forma mais pertinente de conceptualização e resposta à problemática da violência doméstica ou VPI (Dixon & Graham-Kevan, 2011).

De acordo com a definição proposta pela Organização Mundial de Saúde (2012), a VPI engloba qualquer comportamento que ocorra entre dois sujeitos que mantenham uma relação de intimidade e que provoque, a qualquer um desses sujeitos, danos físicos, psicológicos ou sexuais. Esses danos podem ser de índole física, emocional ou psicológica, sexual, ou pode ser exercida através do controlo dos comportamentos da vítima. Alarcão (2000) reforça este conceito, considerando que a violência consiste numa forma do agressor exercer poder sobre a vítima, através do uso da força, seja ela física, psicológica, económica ou política. Deste modo, o agressor recorre à sua força como meio de resolução dos seus conflitos interpessoais, numa tentativa de que a vítima subjaza às suas vontades e, desta forma, o agressor reforce a sua identidade e posição na relação.

Porém, surge a necessidade de fazer referência à distinção entre VPI e violência doméstica, no sentido de uma melhor compreensão deste fenómeno (WHO, 2012). Assim, a violência doméstica abarca muitos mais

contextos do que a VPI, nomeadamente a violência para com idosos, infantil e entre qualquer elemento que viva em coabitação (Alarcão, 2000). Estes termos, apesar de relacionados, operam âmbitos distintos e, por isso, os fatores de risco podem variar ou não ter a mesma relevância (Filipe, 2013).

A exposição à violência constitui um fator de risco para diversas doenças, tendo efeitos físicos e psicológicos na vítima, desde lesões físicas e psicológicas (Stewart et al., 2012) a problemas de saúde crónicos provocados pelo *stress* prolongado da vítima, sendo o impacto que a violência tem na saúde física e mental da vítima maior à medida que a severidade dos comportamentos agressivos aos quais é sujeita aumenta (WHO, 2012). São também referidos na literatura uma panóplia de fatores de risco associados à vitimação e/ou perpetração da violência nas relações íntimas, entre os quais o baixo estatuto económico, desemprego, perturbações da personalidade, depressão, conflito marital, baixa autoestima e assertividade (Stewart et al., 2012; Filipe, 2013). Baltieri (2003, como citado em Oliveira et al., 2009) salienta o consumo de álcool e substâncias como um importante fator predisponente de episódios de violência, pois está intimamente associado a alterações no comportamento do seu consumidor (WHO, 2002, como citado em Oliveira et al., 2009).

Corsi (1995, como citado em Alarcão, 2000), recorrendo a uma abordagem ecológica e intergrativa, sugere que a realidade construída no microsistema não é influenciada nem dependente apenas dos elementos que o constituem nem da díade em si, mas também das características do exosistema e macrosistema, existindo fatores que poderão potencializar a violência. Deste modo, podemos inferir que, quando os recursos pessoais e familiares dos elementos da díade são ultrapassados pelos níveis de *stress* que os mesmos experienciam, perde-se o equilíbrio do microsistema e episódios de violência podem surgir (Alarcão, 2000).

Em Portugal, no ano 2013, os valores relativos aos casos de violência revelaram-se alarmantes, constatando-se que 84.2% dos crimes relatados à APAV foram referentes a violência doméstica, contabilizando 36.8% casos de violência psicológica, 26.9% casos de agressões físicas e 1.3% casos de natureza sexual (APAV, 2014). No estudo realizado por Machado, Matos e Moreira (2003) constatou-se que, na sua amostra de estudantes universitários, os atos de violência entre parceiros íntimos mais perpetrados

são os considerados de “pequena violência”, que englobam comportamentos como humilhar/ferir a vítima, insultar ou difamar, apesar de ainda serem encontrados atos de violência considerados mais graves na mesma amostra, mas em menor escala. Ainda no mesmo estudo, os autores expressam a sua preocupação relativamente à prevalência dos comportamentos violentos nesta população. Apesar dos resultados obtidos evidenciarem que os seus comportamentos são, sobretudo, de “pequena violência”, salientam o facto de se dever ter esses comportamentos em atenção pois, como é documentado na literatura, existe uma possibilidade da escalada para atos de violência mais severa, especialmente se houver a consolidação do vínculo destes parceiros íntimos (Machado, Matos, & Moreira, 2003).

De facto, Alarcão (2000) salienta que, no sentido de uma melhor compreensão da dinâmica da violência conjugal, é fundamental ter presente o seu carácter cíclico e a sua intensidade crescente. Assim, postula que a violência nas relações íntimas pode ser compreendida como um ciclo composto por três fases distintas. Numa primeira fase, a “fase de acumulação da tensão”, surgem pequenas situações de confronto entre a díade, que vão provocando um acumular de hostilidade e ansiedade na relação. Segue-se a “fase do episódio agudo”, que consiste no momento em que o acumular de tensão dá lugar a um episódio de violência, que pode ser de gravidade variável. Por fim, entra-se numa terceira fase, a “fase de lua de mel”, onde o arrependimento do agressor leva à promessa de que a agressão não voltará a ocorrer iniciando-se, posteriormente, novamente este “ciclo vicioso”.

1.2 Representações Sociais

Os indivíduos e os grupos sociais são organismos pensantes, capazes de construir significados e teorizar a realidade social, não se restringindo à recepção e processamento da informação proveniente do exterior, o que nos coloca perante uma nova conceptualização dos processos que levam à constituição das instituições sociais e aos comportamentos individuais e coletivos (Vala, 2010). Podemos considerar toda a representação como sendo social, tendo em conta que a mesma é influenciada e conceptualizada através de variadas condições sociais (Bidarra, 1986). De acordo com Moscovici, uma representação é construída coletivamente, por indivíduos e

pelos grupos sociais em que estão inseridos, não se baseando apenas numa reprodução de uma realidade externa (2000, como citado em Vala, 2010), mas numa construção social dessa realidade que, simultaneamente, define esses grupos.

As representações sociais são socialmente elaboradas e partilhadas com a finalidade de construir uma realidade comum a um conjunto de pessoas (Jodelet, 1989, como citado em Vala, 2010), constituindo-se como fruto das diversas interações e fenómenos comunicacionais que têm lugar no seio de um grupo social e dependendo das culturas, das suas ideologias, tradições, crenças e das experiências vividas (Vala, 2010). Desta forma, as representações sociais afetam a forma como são produzidos e determinados os comportamentos, através dos estímulos que provoca e dá respostas a esses estímulos (Bidarra, 1986).

De acordo com Moscovici (2000), as representações permitem-nos distribuir objetos, pessoas e/ou eventos com que nos deparamos no nosso quotidiano em diferentes e diversas “categorias”, que são partilhadas por um grupo de pessoas, atribuindo-lhes também um significado. A informação que recebemos do exterior, por parte desses objetos, pessoas ou eventos, e à qual procuramos atribuir um significado, é controlada pelas representações que adquirimos, através das nossas experiências e da sociedade em que estamos inseridos, não tendo outro significado para além daquele que essas representações lhe atribuem (Moscovici, 2000).

Vala (2010) afirma que as representações sociais fazem parte de um fenómeno que ocorre em todas as sociedades, a produção de sentido. Segundo Moscovici (2000) podemos considerar as representações sociais como um conjunto de proposições que nos ajudam a classificar objetos ou pessoas, descrever as suas características e explicar os seus sentimentos e ações. O mesmo autor sugere que:

indivíduos e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si próprios, produzem e comunicam incessantemente as suas próprias representações e soluções às questões que se colocam. Nas ruas, nos cafés, escritórios, hospital, laboratórios, etc, as pessoas analisam, comentam, inventam filosofias espontâneas e não oficiais que têm um impacto decisivo nas suas relações sociais, escolhas, no modo como educam os seus filhos, planeiam o futuro. Eventos, ciências e ideologias simplesmente fornecem “comida para o pensamento” (Moscovici, 2000, p.30).

1.3 Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos

Ao nível da formação académica dos estudantes, constatou-se em diversos estudos (Magdol et al., 1997; Machado, Matos, & Moreira, 2003; Caridade, Machado, & Vaz, 2007; Mendes & Cláudio, 2010) uma diminuição da legitimação da violência à medida que a formação académica dos estudantes progride. Os alunos de áreas de ciências mais exatas, como as engenharias, evidenciam valores de legitimação da violência mais elevados quando comparados com estudantes de cursos como Psicologia e Enfermagem, que apresentam os valores mais baixos de legitimação da violência (Mendes & Cláudio, 2010), o que poderá ser reflexo da abordagem desta temática no decurso da formação académica dos últimos.

Leal, Lopes e Gaspar (2011) postulam que a maioria destes indivíduos entende a violência com um “comportamento cobarde” associado à agressão psicológica, física, à tristeza e aos maus-tratos, expressando, porém, as suas crenças de que a violência entre parceiros íntimos não é uma problemática que diga respeito à Saúde Pública, sendo, segundo a amostra deste estudo, “um problema social, que envolve educação, família, leis e ajuda social” (Leal, Lopes, & Gaspar, 2001, p. 422) e de que o seu campo de ação se limita apenas à oferta de auxílio e cuidados como apoio, conforto e carinho às vítimas que procuram os seus serviços de saúde.

No entanto, o estudo de Beccaria e colaboradores (2013) com um conjunto de estudantes de enfermagem evidenciou a sua preocupação de, numa tentativa de intervenção, piorar a situação da vítima. A amostra revelou também não conhecer ao certo o papel do enfermeiro nestas situações, mas afirmam sentirem que “incluía construir uma relação de confiança, agir como um defensor e contactar os serviços de apoio à vítima” (Beccaria et al., 2013, p. 909), sublinhando ainda o seu sentimento de falta de preparação e o crescente interesse em adquirir conhecimentos acerca da problemática.

Connor e colaboradores (2013) reportam um impacto positivo da formação em VPI na sua amostra de estudantes desta área de saúde, pois aqueles que obtiveram formação demonstraram sentir-se significativamente mais preparados e informados do que os restantes. No entanto, os autores destacam também que, apesar dos estudantes receberem um treino extensivo no âmbito da VPI ao longo do seu percurso académico, estes reportam uma

instrução reduzida ao nível do reconhecimento e forma de intervenção nestes casos.

Apenas a partir da década de 60, a nível internacional, e da década de 90, a nível nacional, se começou a reconhecer a gravidade desta problemática e a perspetivar a violência nas relações íntimas como um problema social específico, sendo desde então alvo de crescentes investigações a nível global (Caridade & Machado, 2006). Segundo os mesmos autores, a partir do momento em que através de estudos relativos à violência conjugal, que apenas se circunscrevem à relação entre duas pessoas casadas ou em união de facto, se verificaram níveis preocupantes de comportamentos violentos nas relações de namoro juvenil, começou-se a assistir a um alargamento das investigações às relações íntimas nas gerações mais jovens.

A fase da adolescência consiste num etapa em que as crenças sociais se revelam particularmente influentes, pois trata-se de um período no qual rapazes e raparigas experienciam e intensificam as suas expectativas de género (Hall & Lynch, 1983, como citado em Caridade, Machado, & Vaz, 2007). De acordo com evidências existentes na literatura científica, apesar da VPI ter início sobretudo nas relações de namoro estabelecidas ao longo da adolescência, esta terá tendência a se agravar e aumentar a sua frequência, especialmente se a relação entre a vítima e o agressor se mantiver (Hamberger & Holtzworth-Munroe, 1994). Deste modo, a VPI é atualmente considerada um importante preditor da violência conjugal (Hamby, 1988, como citado em Machado, Matos, & Moreira, 2003).

A nível nacional, as relações de intimidade nas camadas mais jovens da população têm manifestado uma presença cada vez maior de abusos perpetrados. Os resultados obtidos por Machado, Matos e Moreira (2003) corroboram este facto, visto que 21.7% dos sujeitos do seu estudo admitia manifestar comportamentos abusivos para com o seu parceiro, enquanto 15.5% afirmaram ter sido vítimas de violência pelo menos uma vez. Os comportamentos de abuso psicológico são mais frequentemente reportados do que os comportamentos fisicamente abusivos, tanto ao nível da vitimação e como da perpetração (Paiva & Figueiredo, 2004; Caridade, Machado & Vaz, 2007). Mais concretamente, o tipo de abuso que é relatado com mais frequência pela amostra de universitários recolhida por Paiva e Figueiredo

(2004), em termos de vitimação e de perpetração, foi o abuso psicológico (50.8 e 53.8%, respetivamente), seguindo-se a coerção sexual (25.6 e 18.9%, respetivamente) e, por fim, o abuso físico (3.8 e 3.8%).

Estudos reportam que a violência é mais perpetrada pelos sujeitos do sexo masculino do que pelos do sexo feminino (e.g., Machado, Caridade & Martins, 2010), demonstrando, assim, ter uma maior tendência em justificar a violência consoante os comportamentos das vítimas, sendo os que mais acreditam que a violência pode ser devida a causas externas e fora do controlo do(a) agressor(a) e, deste modo, minimizam mais a “pequena violência” presente nas relações íntimas (Mendes & Cláudio, 2010). Jackson, Cram e Seymor (2002, como citado em Caridade, Machado, & Vaz, 2007), concluíram que os rapazes tendiam a manifestar mais sentimentos positivos relativos à violência, explicando que esta conclusão poderia ser devida ao facto de os rapazes não entenderem os atos violentos como tal ou de apresentarem uma tendência de legitimação e maior tolerância para com tais atos.

Historicamente, a violência nas relações íntimas tem sido associada ao estereótipo de que apenas os sujeitos do sexo masculino recorrem à violência severa e unilateral contra as suas companheiras. De acordo com Dixon e Graham-Kevan (2011), alguns autores sugerem que o sexo é o fator mais significativo na determinação de um perpetrador/vítima de violência nas relações íntimas, destacando que se um indivíduo do sexo feminino se revelar violento para com o seu companheiro, o seu comportamento deve ser entendido como autodefesa ou retaliação e que, se a direção do comportamento se inverter, a agressão por parte do sexo masculino deve ser entendida segundo as crenças patriarcais.

No entanto, outros estudos têm apontado para uma crescente visão da violência bilateral, sendo esta mais comum do que se pensava anteriormente (Stewart et al., 2012). Estudos como o de Magdol e colaboradores (1997) e Paiva e Figueiredo (2004) corroboram esta evidência, concluindo que os sujeitos do sexo feminino da sua amostra seriam significativamente mais perpetradores do que os do sexo masculino, tanto para a violência verbal como para a violência física. Inclusivamente, Paiva e Figueiredo (2004) verificaram uma associação significativa entre a perpetração e a vitimização, visto os resultados demonstrarem que as vítimas de violência possuem uma

probabilidade superior de serem, também, perpetradores.

Nesta linha, Stets e Straus (1990) encontraram evidências de que, nas relações onde ocorrem episódios de violência, em metade das vezes ambos os parceiros são violentos, afirmando que as agressões entre parceiros têm início tanto por parte do sexo feminino como do masculino. Estes resultados colocam em questão o facto do sexo feminino apenas perpetrar a violência como meio de autodefesa.

A alusão à simetria da violência tem vindo a ser cada vez mais reportada e discutida (e.g. Kimmel, 2002). Porém, Matos (2006) alerta para a necessidade de precaução ao afirmar a existência de simetria na perpetração da violência, uma vez que, apesar de diversos autores reunirem conclusões que apontam para o potencial de agressão por parte do sexo feminino, muitos outros salientam as falhas metodológicas e conceptuais dos estudos que corroboram esta simetria. O próprio Murray Straus, o precursor desta evidência nos anos 70 (Matos, 2006), alerta para a necessidade de se ter em conta as causas e os contextos dos comportamentos violentos (Alexandra & Figueiredo, 2006), fatores que não são tidos em conta em estudos quantitativos. De acordo com Saunders (2002, como citado em Matos, 2006), a simetria da violência esbate-se nos estudos onde não se verificam essas lacunas, demonstrando taxas de perpetração da violência muito mais elevadas por parte do sexo masculino.

Alguns autores afirmam que as crenças legitimadoras da VPI tendem a diminuir com a idade (Machado, Caridade, & Martins, 2010). Nesta linha, é sugerido que os estudantes mais velhos apresentam níveis de aceitação e tolerância ao abuso mais baixos, o que se pôde constatar devido à diminuição do apoio demonstrado em afirmações como a provocação ou merecimento das mulheres de tais agressões e a preservação da privacidade familiar (Caridade, Machado, & Vaz, 2007).

II - Objectivos

Com este estudo pretende-se conhecer percepções e crenças mantidas por estudantes universitários de Enfermagem, no que concerne à VPI. Pretendemos ainda analisar as estratégias de resolução de problemas, às quais esta amostra de estudantes recorre em situações de conflito com os seus parceiros, compreender o significado que esta população atribui a

comportamentos abusivos, assim como o grau de legitimação ou banalização dos mesmos e as suas crenças associadas às causas, à manutenção e à resolução de situações de VPI. Assim, procuramos averiguar de que forma estes sujeitos percebem a VPI, colocando a hipótese de que estas representações poderão ter um impacto significativo na futura atuação profissional destes estudantes junto das vítimas, no âmbito da sua sinalização e intervenção.

Este estudo propõe-se, ainda, investigar a influência que a formação em VPI poderá ter nas representações sociais do fenómeno em questão destes estudantes.

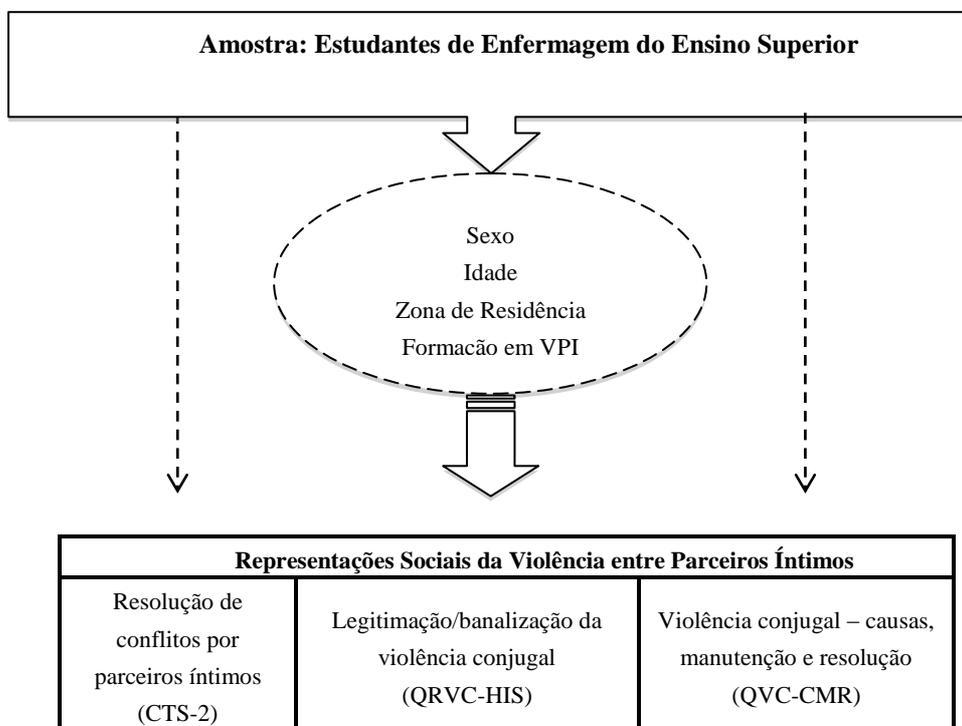


Figura 1 – Mapa conceitual hipotético das relações entre as variáveis do estudo empírico.

Nesta linha, desenhou-se um conjunto de objetivos específicos para esta investigação:

- I. Estudar a influência da variável sexo dos estudantes de Enfermagem nas suas representações sociais da VPI;
- II. Averiguar de que forma a frequência e o número de horas de formação em VPI desta amostra de estudantes de enfermagem poderá influenciar as suas percepções relativamente à problemática;

- III. Estudar a interação entre algumas características sociodemográficas e o sexo destes estudantes nas suas representações sociais da VPI, nomeadamente as variáveis idade e zona de residência.

III - Metodologia

3.1 Descrição da amostra

Os testemunhos dos sujeitos que compõem esta amostra foram recolhidos de duas formas distintas, pois 61.6% dos protocolos foram administrados presencialmente e os restantes (38.4%) foram aplicados através de uma plataforma *online*, a *Google Forms*, reunindo uma amostra total de 198 sujeitos.

Através dos dados sociodemográficos da amostra, podemos constatar que 170 (85.9%) dos sujeitos são do sexo feminino e os restantes 28 sujeitos (14.1%) do sexo masculino. A média das idades dos respondentes é de 21.47 anos, sendo a classe de idades dos 18 aos 25 anos aquela que detém maior número de sujeitos (89.4%). Ao nível da zona de residência¹ dos respondentes, a grande maioria é proveniente da zona Centro de Portugal (56.6%), seguindo-se a zona Norte (24.7%) e a zona de Lisboa e Vale do Tejo (7.1%). Quanto ao grau ou ano académico em que os sujeitos se encontram, a maioria frequenta o 2º ano do curso de enfermagem (42.9%), seguindo-se os estudantes de 1º ano (26.3%) e os de 4º ano (18.2%).

Ao nível da informação recolhida relativamente à formação em VPI, verifica-se que 45.5% dos estudantes participou em formações e 54.5% revela não ter qualquer formação na área em estudo. De entre os sujeitos que tiveram formação, cerca de 26.8% indicou ter participado em algum tipo de formação em VPI antes de ingressar no ensino superior, e 21.2% dos participantes obteve formação após iniciar a sua formação académica.

Quando questionados acerca do grau de importância que os sujeitos da amostra atribuem à formação em VPI, no âmbito da sua formação académica, a grande maioria destes (61.1%) revelou concordar completamente com a afirmação, seguindo-se as respostas “Concordo”

¹ A classificação das zonas de residência foi atribuída de acordo com o segundo nível de Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS II), conforme a tipologia apresentada pelo Regulamento (CE) n°1059/2003 do Parlamento Europeu.

(35.4%), “Nem concordo nem discordo” (2%) e as respostas “Discordo completamente” e “Discordo” (0.5%).

Tabela 1. Descrição da amostra – Recolha de dados e variáveis sociodemográficas

Variáveis	Categorias	Sexo					
		Masculino		Feminino		Total	
		n=28 (14.1%)		n=170 (85.9%)		N=198	
		n	%	n	%	N	%
						<i>Missings=0</i>	0
Recolha de Dados	Presencialmente	23	82.1	99	58.2	122	61.6
	Internet	5	17.9	71	41.8	76	38.4
						<i>Missings=0</i>	0
Idade	18-25	24	85.7	153	90.0	177	89.4
	26-35	4	14.3	13	7.6	17	8.6
	36-45	0	0	3	1.8	3	1.5
	>=46	0	0	1	0.6	1	0.5
						<i>Missings=0</i>	0
Ano/grau Académico	1º ano	8	28.6	44	25.9	52	26.3
	2º ano	16	57.1	69	40.6	85	42.9
	3º ano	2	7.1	19	11.2	21	10.6
	4º ano	2	7.1	34	20.0	36	18.2
	5º ano	0	0	1	0.6	1	0.5
	2º ano (Mestrado)	0	0	2	1.2	2	1.0
	Pós-Graduação	0	0	1	0.6	1	0.5
						<i>Missings=0</i>	0
Zona de Residência (NUTS II)	Norte	5	17.9	44	25.9	49	24.7
	Centro	16	57.1	96	56.5	112	56.6
	Lisboa e Vale do Tejo	2	7.1	12	7.1	14	7.1
	Alentejo	0	0	4	2.4	4	2.0
	Algarve	1	3.6	2	1.2	3	1.5
	Região Autónoma dos Açores	1	3.6	8	4.7	9	4.5
	Região Autónoma da Madeira	3	10.7	4	2.4	7	3.5

Numa fase final do Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares, foram colocadas um conjunto de questões acerca das dinâmicas familiares, nomeadamente ao nível da presença de violência no agregado dos sujeitos (Tabela 3). Deste modo, surgiram alguns testemunhos que indicam a presença de violência verbal entre os pais/cuidadores (47.5%), sendo este mais frequente que os testemunhos de violência física entre os mesmos (18.2%). Ao nível da violência perpetrada sobre os respondentes,

38.4% da amostra sugere terem sido vítimas de castigos físicos em casa, 20.2% vítima de violência verbal por parte dos seus pais/cuidadores e 1.5% revela ter sido forçado à realização de atos sexuais.

Tabela 2. Descrição da amostra – Formação em violência nas relações íntimas

Variáveis	Categorias	Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		N=198	
		n=28 (14.1%)		n=170 (85.9%)		N	%
		n	%	n	%		
Formação em VPI	Não	18	64.3	90	52.9	108	54.5
	Sim	10	35.7	80	47.1	90	45.5
						<i>Missings=0</i>	0
Número de formações	Nenhuma	19	69.9	90	52.8	109	55.1
	Uma	6	22.2	38	22.5	44	22.2
	Duas	1	3.7	28	16.6	29	14.6
	Três	0	0	7	4.1	7	3.5
	Quatro	0	0	1	0.6	1	0.5
	Cinco	0	0	2	1.2	2	1.0
	Dez	0	0	3	1.8	3	1.5
	Mais de dez	1	3.7	0	0	1	0.5
Momento da formação, relativamente ao curso	Previamente	7	25.0	46	27.1	53	26.8
	Durante	4	14.3	38	22.4	42	21.2
						<i>Missings=1</i>	0.5
Grau de concordância com a importância da formação em VPI	Discordo totalmente	0	0	1	0.6	1	0.5
	Discordo	0	0	1	0.6	1	0.5
	Nem concordo nem discordo	0	0	4	1.9	4	2.0
	Concordo	16	57.1	54	32.0	70	35.4
	Concordo totalmente	12	42.9	109	64.5	121	61.1

Tabela 3. Descrição da amostra – Historial de violência familiar

Variáveis	Categorias	Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		N=198	
		n=28 (14.1%)		n=170 (85.9%)		N	%
		n	%	n	%		
Testemunho de violência física entre os pais/cuidadores	Não	22	78.6	140	82.4	162	81.8
	Sim	6	21.4	30	17.6	36	18.2
Testemunho de						<i>Missings=0</i>	0

Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes de enfermagem
Ana Raquel Freitas Nóbrega (e-mail: anaraquelnobrega@hotmail.com) 2015

violência verbal entre os pais/cuidadores	Não	12	42.9	92	54.1	104	52.5
	Sim	16	57.1	78	45.9	94	47.5
						<i>Missings=0</i>	0
Vítima de castigos físicos em casa	Não	13	46.4	109	64.1	122	61.6
	Sim	15	53.6	61	35.9	76	38.4
						<i>Missings=0</i>	0
Vítima de violência verbal em casa	Não	20	71.4	138	81.2	158	79.8
	Sim	8	28.6	32	18.8	40	20.2
						<i>Missings=0</i>	0
Vítima de violência sexual	Não	28	100	167	98.2	195	98.5
	Sim	0	0	3	1.8	3	1.5

3.2 Instrumentos de avaliação

O protocolo de investigação² é constituído por um Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares, devidamente adaptado à população que se pretendeu estudar, e por outros três questionários de autorresposta: Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (*The Revised Conflict Tactics Scales – CTS-2*); Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS); e Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR).

3.2.1. Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares

O Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares foi construído com a finalidade de recolher informações sociodemográficas acerca dos sujeitos na amostra, incluindo questões acerca do sexo dos respondentes, idade, zona de residência, estado civil, estabelecimento de ensino, ano e curso que frequentam e, ainda, algumas questões referentes a características familiares, como as habilitações literárias e profissões dos pais, entre outras.

Em seguida foi colocado um outro conjunto de questões acerca da formação dos respondentes ao longo do seu percurso formativo, procurando averiguar se já beneficiaram de alguma formação em VPI, o tipo de formação que foi (aulas, conferências, etc) e a frequência com que assistiram

² Ver Anexo I.

a formações sobre esta problemática.

Neste questionário, no contexto de um projeto de investigação mais lato, procurou-se também recolher informações relativas a outros dados complementares dos sujeitos, existindo questões relativas às vivências familiares dos mesmos, de modo a identificar possíveis situações de violência ao longo da sua infância e adolescência, por parte dos pais/cuidadores, e possíveis consumos de drogas ou álcool por parte dos cuidadores.

Por fim, a última questão deste questionário pretende avaliar as percepções dos respondentes quanto ao grau de legitimação da violência entre parceiros íntimos, de acordo com a presença de fatores como o consumo de substâncias e/ou álcool.

3.2.2. Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (CTS-2)

As Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (*The Revised Conflict Tactics Scales* – CTS-2) foram desenvolvidas, por Murray Straus (1996), com a finalidade de avaliar as formas de resolução de problemas a que os casais recorrem, isto é, se utilizam estratégias de negociação ou de abuso (Alexandra & Figueiredo, 2006). Este instrumento avalia cinco diferentes subescalas, que procuram medir a negociação (emocional e cognitiva), a agressão psicológica, a agressão física com e sem sequelas, e a coerção sexual (Alexandra & Figueiredo, 2006). As CTS-2 são compostas por um total de 78 questões, reunidas em 39 pares de questões desenvolvidas para o participante e o seu companheiro.

O instrumento tem um tempo de administração e resposta, em média, de dez a quinze minutos sendo que, através das respostas dadas, somos capazes de reunir informações acerca de ambos os elementos da díade, comparar as suas respostas e determinar a frequência com que cada um recorre a estratégias de resolução de conflitos (Alexandra & Figueiredo, 2006). Por outro lado, as CTS-2 permitem também registar o número de ocorrências ao longo do último ano por ambas as partes do casal, através de oito categorias de resposta, em que as seis primeiras determinam a prevalência do último ano [(1) uma vez no ano anterior, (2) duas vezes no ano anterior, (3) 3-5 vezes no ano anterior, (4) 6-10 vezes no ano anterior,

(5) 11-20 vezes no ano anterior, (6) mais do que 20 vezes no ano anterior] e as duas restantes a prevalência global [(7) não no ano anterior mas ocorreu anteriormente] e a inexistência deste tipo de abusos [(8) nunca aconteceu] (Alexandra & Figueiredo, 2006).

Relativamente às suas qualidades psicométricas, a versão portuguesa da CTS-2 (Figueiredo, 2006) apresenta valores concordantes com os valores obtidos na escala original, ao nível da sua consistência interna. Deste modo, no que se refere à perpetração, o valor do *alpha de Cronbach* para a escala total foi de $\alpha=0.79$, sendo que a escala que evidenciou valores de consistência interna mais elevados foi a escala de *abuso físico sem sequelas* ($\alpha=0.78$), seguindo-se a escala de *negociação* ($\alpha=0.73$), a de *agressão psicológica* ($\alpha=0.68$), a de *coerção sexual* ($\alpha=0.56$) e, por fim, a escala de *abuso físico com sequelas* ($\alpha=0.50$). Quanto aos valores de consistência interna referentes à vitimação, o valor do *alpha de Cronbach* para a escala total foi de $\alpha=0.80$ e, em semelhança aos valores obtidos na perpetração, foi a escala de *abuso físico sem sequelas* aquela que obteve valores de consistência interna mais elevados ($\alpha=0.74$), seguindo-se a escala de *negociação* ($\alpha=0.71$), a de *agressão psicológica* ($\alpha=0.64$), a de *coerção sexual* ($\alpha=0.51$) e a escala de *abuso físico com sequelas* ($\alpha=0.47$) (Alexandra & Figueiredo, 2006).

No presente estudo, os valores do *alpha de Cronbach* indicaram existir uma boa consistência interna deste instrumento³. Ao nível da perpetração, para cada uma das subescalas, os valores do *alpha* foram os seguintes: *negociação* ($\alpha=0.914$), *abuso físico sem sequelas* ($\alpha=0.912$), *abuso físico com sequelas* ($\alpha=0.910$), *agressão psicológica* ($\alpha=0.759$) e *coerção sexual* ($\alpha=0.749$). Quanto à consistência interna ao nível da vitimação, as suas subescalas assinalam bons valores do *alpha*: *negociação* ($\alpha=0.939$), *abuso físico sem sequelas* ($\alpha=0.932$), *abuso físico com sequelas* ($\alpha=0.931$), *agressão Psicológica* ($\alpha=0.758$) e *coerção sexual* ($\alpha=0.742$).

3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)

O Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) (Alarcão, Alberto, Camelo & Correia, 2007) é constituído por três histórias

³ Ver Anexo II, 1.

de violência conjugal. A cada uma dessas histórias correspondem dez afirmações, relativamente às quais é pedido ao participante que assinale o seu grau de concordância, de acordo com uma escala de *likert* de quatro pontos, sendo a resposta “concordo plenamente” correspondente a uma maior legitimação da violência e, assim, a resposta “discordo plenamente” correspondente a uma menor legitimação.

Com vista a determinar as representações dos sujeitos ao nível das crenças e/ou percepções da legitimação ou banalização da violência entre pares íntimos, tomou-se em consideração alguns fatores teóricos na construção das respetivas histórias, nomeadamente: 1) legitimação e/ou banalização da violência conjugal; 2) legitimação/justificação da violência pela conduta da vítima; 3) legitimação/justificação da violência por fatores externos (*stress*, consumos de álcool, entre outros); 4) desvalorização/aceitação da violência em favor da privacidade/coesão familiar; e 5) (im)possibilidade de atribuição da violência ao agressor em função do seu estatuto social, económico e escolaridade (Aguilar, 2010). No que se refere à consistência interna do QRVC-HIS, o estudo de validação, com uma amostra da população geral, revelou uma boa consistência interna, obtendo um valor de *alpha de Cronbach* de 0.947 (Aguilar, 2010). As três histórias, separadamente, obtiveram também valores de consistência interna elevados, sendo que a “História 1” obteve um valor de *alpha de Cronbach* de $\alpha=0.845$, a “História 2” um $\alpha=0.906$ e a “História 3” um $\alpha=0.888$ (Aguilar, 2010).

Nesta investigação, a consistência interna deste instrumento é muito boa. O total de itens do QRVC-HIS revelou um *alpha de Cronbach* na ordem dos 0.946, seguindo-se a História 1 ($\alpha=0.842$), a História 2 ($\alpha=0.901$) e a História 3 ($\alpha=0.882$)⁴.

3.2.4. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)

O Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) (Alarcão, Alberto, Camelo, & Correia, 2007) é constituído por três conjuntos de catorze afirmações, correspondentes a

⁴ Ver Anexo II, 2.

fatores predisponentes ao surgimento da violência, à sua manutenção e resolução. Essas afirmações podem ser agrupadas em três condições: afirmações relacionadas com o agressor, afirmações relacionadas com a vítima e afirmações relativas a contexto envolvente (filhos, família, sociedade) (Vieira, 2003). É pedido ao participante que, para cada uma das afirmações, demonstre o seu nível de concordância, consoante uma escala de *likert* de quatro pontos.

Relativamente às qualidades psicométricas do QVC-CMR, Aguilar (2010) obteve valores de *alpha de Cronbach* que indicavam um elevado grau de consistência interna em fatores como o de *ativação* ($\alpha=0.878$), o de *manutenção* ($\alpha=0.83$) e o de *resolução* ($\alpha=0.84$).

Neste estudo encontramos uma boa consistência interna deste instrumento de avaliação⁵, uma vez que o *alpha de Cronbach* para os fatores de *ativação* foi de 0.863, seguindo-se um valor de *alpha* para os fatores de *manutenção* de 0.825 e para os fatores de *resolução* de 0.813.

3.3 Procedimentos de investigação

A amostra de estudantes do presente estudo foi recolhida através da administração presencial de protocolos a alunos de diversos graus académicos da Escola de Enfermagem de Coimbra. A recolha foi sempre realizada em sala de aula e num momento prévio ao início da aula. Outra modalidade de recolha da amostra foi através da criação de uma plataforma *online* (*Google Forms*), onde estudantes de enfermagem, da mesma e de outras instituições, pudessem também fornecer o seu contributo para a investigação. Desde modo, podemos considerar a presente amostra como sendo uma amostra por conveniência.

É importante realçar que este estudo faz parte de uma investigação mais lata. Neste sentido, a amostra utilizada no presente estudo não é somente constituída pelos sujeitos inquiridos nos últimos meses, nomeadamente nos meses de abril a junho de 2015. Esta amostra foi adicionada a um outro grupo de sujeitos, reunido numa investigação anterior e neste mesmo contexto, ou seja, no âmbito de uma outra dissertação de mestrado direcionada para a mesma problemática.

Respeitaram-se os procedimentos éticos e formais inerentes ao

⁵ Ver Anexo II, 3.

desenvolvimento de uma investigação, sendo o projeto aprovado pela Comissão de Ética da Unidade de Investigação em Ciências da Saúde da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

Do protocolo de investigação faz parte o Consentimento Informado⁶, onde é descrito aos participantes o carácter voluntário da sua participação na investigação e dada a garantia de confidencialidade das suas respostas. De seguida foi apresentado o Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares, as Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (*The Revised Conflict Tactics Scales – CTS-2*), o Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e o Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR), por esta mesma ordem.

3.4 Procedimentos estatísticos

As análises estatísticas efetuadas no presente estudo foram calculadas através do programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 22 para Mac OSX. Procedeu-se à análise dos dados recolhidos com um nível de significância definido para $p < .05$. Como tal, os testes utilizados são de carácter paramétrico, uma vez que a amostra recolhida é composta por um número de participantes superior a 30, assumindo-se que a sua distribuição tem uma aproximação satisfatória à curva de distribuição normal (Maroco, 2007). Importa salientar que foi aplicado do teste de homogeneidade da variância das amostras nas análises estatísticas descritas.

Antes de qualquer outra análise estatística, estudou-se a consistência interna das escalas de avaliação, com vista a averiguar a fiabilidade da amostra em estudo (Pereira & Patrício, 2013). Deste modo, utilizou-se o *alpha de Cronbach* para certificar a consistência interna dos instrumentos administrados.

De seguida, procedeu-se à realização das estatísticas descritivas dos instrumentos administrados. A cada uma das análises foi aplicado o teste da homogeneidade das variâncias da amostra em estudo. Porém, quando essa homogeneidade não foi verificada, procedeu-se ao teste estatístico não paramétrico apropriado.

Posteriormente, a análise da relação entre o nível de formação dos

⁶ Ver Anexo I, 1.

sujeitos da amostra e as crenças acerca da VPI foi realizada através do teste *t-student*. Quando estudado o impacto da duração das formações frequentadas, a *one-way* ANOVA foi o teste estatístico mais apropriado, uma vez que nos possibilita estudar as diferenças entre mais que duas situações e mais que duas variáveis (Pereira & Patrício, 2013).

Por fim, a análise da influência da interação entre as variáveis sociodemográficas idade e zona de residência dos respondentes e o sexo dos mesmos nas suas representações sociais exigiu a utilização de uma *two-way* ANOVA.

IV - Resultados

Passamos à apresentação e descrição dos resultados obtidos através dos dados fornecidos pelos sujeitos da amostra e, conseqüentemente, das análises estatísticas aplicadas aos mesmos.

4.1. Representações sociais associadas à VPI (QRVC-HIS e QVC-CMR)

O estudo das representações sociais relativas à violência nas relações íntimas (VPI) relatadas pelos sujeitos desta amostra foi efectuado e analisado, numa primeira instância, distinguindo-se os participantes de acordo com a variável sexo e as suas respostas no QRVC-HIS⁷. Nesta linha, atendeu-se às duas afirmações mais e menos pontuadas, pelos subgrupos masculino e feminino, que nos ajudará a inferir acerca do seu grau de aceitação da violência.

De acordo com as médias descritas ao nível das respostas da História 1, podemos observar que ambos os subgrupos, masculino e feminino, pontuaram o nervosismo e tensão do agressor (M=1.57; DP=0.836 e M=1.56; DP=0.903, respetivamente), assim como a permanência dos abusos “entre portas”, num contexto privado (M=1.82; DP=0.945 e M=1.39; DP=0.724, respetivamente), como sendo os fatores mais legitimadores para a adoção de comportamentos agressivos na relação. Quanto aos itens pontuados como fatores de menor legitimação da violência, ambos os subgrupos assinalaram o grau de estudos mais elevado do agressor

⁷ Ver Anexo III, 1.

(feminino: $M=1.08$; $DP=0.351$; masculino: $M=1.21$; $DP=0.630$). No entanto, o subgrupo feminino atribuiu uma menor aceitação da violência ao facto de a vítima “lhe dar razões” para tais comportamentos ($M=1.08$; $DP=0.612$), enquanto o subgrupo masculino destacou o facto de o agressor ser uma pessoa simpática e “incapaz de ser violento na sua própria casa” ($M=1.18$; $DP=0.476$).

Ao nível da História 2, tanto o subgrupo masculino como o feminino assumem uma postura mais legitimadora da violência perante o cansaço da agressora ($M=1.82$; $DP=0.945$ e $M=1.68$; $DP=0.854$, respetivamente). Porém, os subgrupos divergem no segundo item mais pontuado, onde o feminino é mais legitimador deste tipo de comportamento quando o agressor é proveniente de um meio rural e tem uma baixa escolaridade ($M=1.42$; $DP=0.743$) e o masculino banaliza as agressões quando considera que a vítima “merece alguns ralhos” ($M=1.68$; $DP=0.612$). Por outro lado, ambos os subgrupos banalizam os atos violentos da agressora, normalizando as agressões e justificando-as com a idade do casal, não as considerando “uma violência séria” (subgrupo masculino: $M=1.29$; $DP=0.535$; subgrupo feminino: $M=1.23$; $DP=0.499$). Os sujeitos do sexo feminino revelam também concordar que a agressora, “idosa e cansada”, não seja capaz de agredir o seu cônjuge ($M=1.22$; $DP=0.471$), justificando estes atos com “rabugices próprias da idade”. É também visível uma desvalorização por parte dos respondentes do sexo masculino dos atos abusivos, pelo que consideram ser exagerado pensar estes conflitos “como um problema de violência conjugal” ($M=1.36$; $DP=0.621$).

Tabela 4. Análise descritiva das respostas ao QRVC-HIS

	Feminino M (DP)	Masculino M (DP)	Total M (DP)
Total História 1	11.92 (3.242)	13.86 (5.275)	12.20 (3.645)
Total História 2	13.24 (4.365)	14.93 (4.118)	13.47 (4.361)
Total História 3	12.19 (3.316)	13.79 (4.638)	12.41 (3.562)
Total Histórias	37.35 (9.878)	42.57 (12.662)	38.09 (10.440)

Por fim, de entre os itens da História 3, ambas as subamostras, masculina e feminina, atribuíram maior pontuação ao alcoolismo do agressor ($M=1.93$; $DP=1.052$ e $M=1.64$; $DP=0.861$, respetivamente) e a manutenção do casamento pelo bem dos filhos ($M=1.5$; $DP=0.694$ e $M=1.36$; $DP=0.611$, respetivamente), considerando estes os fatores mais

Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes de enfermagem

Ana Raquel Freitas Nóbrega (e-mail: anaraquelnobrega@hotmail.com) 2015

desculpabilizantes da violência. Quanto aos itens menos pontuados, sendo os que demonstram uma maior banalização do comportamento agressivo, as médias do subgrupo masculino e feminino revelam a culpabilização e provocação por parte da vítima (M=1.21; DP=0.499 e M=1.09; DP=0.331, respetivamente). O segundo item menos pontuado, no subgrupo feminino, foi o item referente à “pouca instrução e sensibilidade” do agressor (M=1.11; DP=0.393), enquanto o subgrupo masculino considera-se que as agressões à vítima não são graves pois esta nunca necessitou de cuidados médicos (M=1.18; DP=0.476).

Tabela 5. Fatores de ativação da violência (QVC-CMR)

	Masculino M (DP)	Feminino M (DP)	Total M (DP)
Consumos de álcool/drogas do agressor	2.96 (0.962)	2.85 (0.804)	2.87 (0.827)
Doença mental do agressor	2.93 (0.940)	2.87(0.718)	2.88 (0.751)
Baixo grau de instrução do agressor	2.18 (0.983)	2.08 (0.967)	2.09 (0.967)
Baixa autoestima do agressor	2.25 (0.887)	2.54 (0.898)	2.49 (0.900)
Doença mental da vítima	2.25 (0.799)	2.21(0.950)	2.22 (0.928)
Comportamento provocador da vítima	1.96 (0.744)	1.84 (0.824)	1.86 (0.812)
Fragilidade emocional da vítima	2.36 (0.911)	2.48 (0.968)	2.46 (0.959)
Interferência de outros familiares	2.00 (0.861)	2.24 (0.809)	2.20 (0.818)
Problemas/dificuldades criadas pelos filhos	2.11 (0.786)	2.01 (0.814)	2.03 (0.809)
Relações extraconjugais	2.61 (0.832)	2.82 (0.840)	2.79 (0.840)
Antecedentes de violência na família	2.57 (1.034)	2.85 (0.821)	2.81 (0.857)
Aceitação social da violência	2.64 (1.026)	2.59 (0.958)	2.60 (0.966)
Isolamento social do casal/família	2.68 (0.945)	2.63 (0.869)	2.64 (0.878)
Dificuldades económicas do casal/família	2.54 (0.962)	2.78 (0.853)	2.75 (0.871)

Podemos pensar, através da análise descritiva (Tabela 4), que os respondentes do sexo masculino assumem uma postura de maior legitimação de comportamentos agressivos do que os respondentes do sexo oposto. Esta suposição é suportada pelos valores supracitados, uma vez que estes mostram, ao longo de todas as histórias e no seu total, que os sujeitos do sexo masculino (M=42.57; DP=12.662) apresentam médias superiores às médias dos sujeitos do sexo feminino (M=37.57; DP=9.878). Contudo, após uma comparação das médias registadas pelas subamostras⁸, podemos verificar que, à exceção do Total de Histórias, não existem diferenças estatisticamente significativas, na medida em que: História 1 [t(30.444)=-

⁸ Ver Anexo III, 2.

1.882; $p=0.069$; $d=0.2599$], História 2 [$t(196)=-1.916$; $p=0.057$; $d=0.2721$], História 3 [$t(31.702)=-1.750$; $p=0.090$; $d=0.2422$] e Total de Histórias [$t(32.631)=-2.081$; $p=0.045$; $d=0.2868$], apesar da magnitude do efeito⁹ apresentar um valor pequeno.

Partindo para uma análise descritiva dos itens do QVC-CMR, procedeu-se ao levantamento dos dois itens mais e menos pontuados pelos sujeitos da amostra, em cada um dos fatores (ativação, manutenção e resolução). Nesta análise foram novamente distinguidos dois subgrupos, de acordo com o sexo dos respondentes.

Tabela 6. Fatores de manutenção da violência (QVC-CMR)

	Masculino M (DP)	Feminino M (DP)	Total M (DP)
Ausência de denúncia	3.64 (0.621)	3.57 (0.594)	3.58 (0.597)
Falta de confiança na eficácia da justiça	3.43 (0.634)	3.39 (0.646)	3.40 (0.643)
Valorização da união familiar	3.11 (0.737)	3.06 (0.731)	3.07 (0.730)
Existência de filhos	3.18 (0.863)	3.14 (0.799)	3.14 (0.806)
Isolamento social da vítima e/ou da família	3.14 (0.651)	3.17 (0.653)	3.17 (0.651)
Falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda	3.00 (0.770)	3.01 (0.765)	3.01 (0.764)
Ambivalência da vítima face ao agressor	2.96 (0.576)	3.16 (0.569)	3.13 (0.573)
Medo de retaliações por parte da vítima	3.36 (0.780)	3.29 (0.666)	3.30 (0.681)
Desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos	3.29 (0.810)	2.99 (0.742)	3.04 (0.757)
Ameaça de suicídio por parte do agressor	2.93 (0.766)	2.99 (0.734)	2.98 (0.737)
Promessas de mudança por parte do agressor	3.25 (0.928)	3.41 (0.582)	3.39 (0.641)
Ternura do agressor fora dos momentos de violência	3.07 (0.813)	3.32 (0.657)	3.28 (0.684)
Aceitação social da violência	2.57 (1.069)	2.72 (0.851)	2.70 (0.884)
Interferência de outros familiares	2.64 (0.731)	2.75 (0.760)	2.74 (0.755)

Ao nível dos fatores de *ativação* da violência conjugal (Tabela 5), ambos os subgrupos foram concordantes, atribuindo uma maior legitimação em situações onde o agressor seja consumidor de álcool/drogas ($M=2.96$; $DP=0.962$) ou tenha alguma doença mental ($M=2.93$; $DP=0.940$). Por outro lado, os subgrupos assinalam a culpabilização da vítima ($M=1.96$;

⁹ As dimensões do efeito medidas neste estudo, nomeadamente o d de Cohen, foram calculadas na página *online*: http://www.campbellcollaboration.org/resources/effect_size_input.php.

DP=0.744) como situações menos ativadoras de violência. Enquanto o subgrupo masculino assinala a interferência de familiares (M=2.00; DP=0.861) como fator de menor ativação da violência, o subgrupo feminino atribui menor causalidade à baixa instrução do agressor (M=2.08; DP=0.967).

Quanto aos fatores que a amostra sugere serem os que mais contribuem para a *manutenção* do comportamento abusivo nas relações íntimas (Tabela 6), os dois subgrupos apontam a ausência de denúncia (M=3.64; DP=0.621) e a falta de confiança na justiça (M=3.43; DP=0.634) como razões pelas quais as vítimas mantêm estas relações abusivas. Os itens identificados pela amostra como sendo os que detêm um papel mais reduzido na manutenção da violência são a “aceitação social da violência” (M=2.72; DP=0.851) e a “interferência de outros familiares” (M=2.75; DP=0.760).

Tabela 7. Fatores de resolução da violência (QVC-CMR)

	Masculino M (DP)	Feminino M (DP)	Total M (DP)
Afastar o agressor	3.29 (0.763)	3.39 (0.627)	3.37 (0.647)
Condenar mais agressores	3.18 (0.723)	3.36 (0.751)	3.34 (0.748)
Estimular a denúncia	3.68 (0.612)	3.70 (0.509)	3.70 (0.532)
Estimular a separação/ divórcio do casal	3.04 (0.838)	3.16 (0.725)	3.14 (0.741)
Proteger a vítima e os filhos, se os houver	3.54 (0.744)	3.70 (0.531)	3.68 (0.567)
Mudar o comportamento da vítima	2.93 (0.979)	3.05 (0.816)	3.04 (0.839)
Tratar o agressor	3.07 (1.052)	3.30 (0.660)	3.27 (0.729)
Tratar o casal	2.79 (0.957)	3.00 (0.814)	2.97 (0.836)
Informar mais a população geral sobre as consequências da violência conjugal	3.29 (0.713)	3.52 (0.578)	3.48 (0.602)
Melhorar as condições socioeconômicas das famílias	2.79 (0.876)	2.91 (0.809)	2.89 (0.817)
Aumentar os direitos da mulher	2.68 (0.772)	3.00 (0.821)	2.95 (0.820)
Aumentar os tempos de lazer das famílias	2.86 (0.803)	3.00 (0.777)	2.98 (0.780)
Intervenção de outros familiares, amigos, vizinhos	2.93 (0.858)	2.88 (0.768)	2.89 (0.779)
Educação para a prevenção da violência logo na escolaridade obrigatória	3.43 (0.742)	3.58 (0.583)	3.56 (0.608)

Por fim, ambos os subgrupos foram concordantes quanto aos fatores de *resolução* da violência (Tabela 7), atribuindo uma maior pontuação ao incentivo à denúncia (M=3.70; DP=0.509) e à proteção da vítima (M=3.70; DP=0.531). Quanto aos itens que os sujeitos da amostra consideram os que menos contribuem para a resolução da violência, são sugeridos: a melhoria

das condições socioeconómicas (M=2.91; DP=0.809) e o aumento dos direitos da mulher (M=3.00; DP=0.821), pelo que os sujeitos do subgrupo feminino destacam ainda o aumento do tempo de lazer (M=3.00; DP=0.777) como uma forma de resolução da problemática em estudo.

Os valores obtidos através da comparação da variável sexo com os fatores do QVC-CMR - fatores de ativação [t(196)=0.476; p=0.634; d=0.0678], fatores de manutenção [t(196)=0.335; p=0.738; d=0.0476] e fatores de resolução [t(196)=1.775; p=0.077; d=0.2527] - revelam-nos uma magnitude de efeito pequena, assim como não existem diferenças estatisticamente significativas na amostra em estudo.

4.2. Resolução de conflitos entre parceiros íntimos (CTS-2)

De modo a que a análise das estatísticas do CTS-2 e a posterior interpretação dos resultados não sofressem enviesamentos nos seus valores de cronicidade e prevalência, que serão descritos posteriormente, procedeu-se a uma seleção e estudo apenas dos sujeitos que indicaram estar envolvidos numa relação íntima. Deste modo, a subamostra estudada através deste instrumento de avaliação passou a ser constituída por 137 sujeitos. Assim, a partir desta subamostra recolheram-se dados acerca índices de perpetração e vitimação, de acordo com os níveis de cronicidade e prevalência de atos violentos entre estes sujeitos e os seus companheiros.

Através da tabela referente aos índices de cronicidade da VPI na amostra (Tabela 8), podemos constatar que os atos abusivos mais perpetrados pela amostra em geral são os característicos da agressão psicológica ligeira (M=7.45). Estes resultados sugerem que os sujeitos do sexo masculino são aqueles que mais frequentemente adoptam esta tática abusiva (M=8.42).

Podemos, ainda, verificar que os sujeitos do sexo feminino são aqueles que apresentam valores mais elevados de perpetração da violência para com os seus companheiros, para todas as restantes escalas abusivas. Ainda ao nível da perpetração, as táticas de resolução de conflitos registadas com menor frequência são o abuso físico com sequelas ligeiro (M=0.47). As táticas que os sujeitos do sexo masculino menos perpetraram, sendo as que não são registadas ocorrências, são o abuso físico sem sequelas severo, a coerção sexual severa e o abuso físico com sequelas severo. Quanto aos sujeitos do

Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes de enfermagem

sexo feminino, a tática menos adotada por esta subamostra é o abuso físico com sequelas ligeiro ($M=0.54$).

Tabela 8. Cronicidade das táticas de resolução de conflitos nas relações íntimas (CTS-2)

Escalas/ Subescalas	Perpetração			Vitimação		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
	M (DP)					
	118 (86.1%)	19 (13.9%)	N=137	18 (86.1%)	19 (13.9%)	N=137
Negociação						
Emocional	50.48 (21.758)	47.95 (23.491)	50.13 (21.934)	46.35 (23.210)	47.47 (22.567)	46.50 (23.043)
Cognitiva	32.86 (22.649)	30.68 (21.682)	32.55 (22.453)	30.53 (22.412)	30.26 (21.876)	30.50 (22.259)
Agressão Psicológica						
Ligeiro	7.30 (11.746)	8.42 (9.518)	7.45 (11.438)	7.05 (12.533)	8.68 (10.355)	7.28 (12.233)
Severo	2.63 (9.218)	3.26 (8.082)	2.72 (9.044)	2.49 (8.575)	3.21 (8.135)	2.59 (8.490)
Abuso Físico sem Sequelas						
Ligeiro	2.51 (10.585)	0.68 (1.157)	2.26 (9.847)	2.18 (9.638)	0.53 (0.772)	1.95 (8.962)
Severo	1.55 (11.881)	0.00 (0.000)	1.34 (11.033)	1.39 (11.639)	0.11 (0.459)	1.21 (10.806)
Coerção Sexual						
Ligeiro	2.86 (8.817)	2.58 (6.483)	2.82 (8.512)	3.50 (9.312)	1.79 (5.721)	3.26 (8.904)
Severo	0.85 (8.328)	0.00 (0.000)	0.73 (7.730)	1.14 (9.502)	0.00 (0.000)	0.98 (8.822)
Abuso Físico com Sequelas						
Ligeiro	0.54 (3.871)	0.05 (0.229)	0.47 (3.596)	0.42 (2.988)	0.00 (0.000)	0.36 (2.776)
Severo	1.38 (8.328)	0.00 (0.000)	1.19 (7.739)	1.01 (7.791)	0.00 (0.000)	0.87 (7.234)

Ao nível da vitimação, a agressão psicológica ligeira é novamente indicada como a tática mais registada entre os sujeitos da amostra ($M=7.28$). Por outro lado, o abuso físico com sequelas ligeiro é a escala com menor valor de vitimação ($M=0.36$). Os resultados indicam que os sujeitos do sexo masculino são os mais vitimizados pelas suas companheiras através de agressões psicológicas ligeiras ($M=8.68$). A coerção sexual severa e o abuso

Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes de enfermagem

físico com sequelas ligeiro e severo são as táticas de resolução de conflitos às quais esta subamostra não aponta quaisquer ocorrências, não apresentando sinais de vitimação. A escala onde se verifica uma maior vitimação por parte dos respondentes do sexo feminino é também a agressão psicológica ligeira (M=7.05), enquanto que a tática abusiva com menor grau de vitimação desta subamostra consiste no abuso físico com sequelas ligeiro (M=0.42).

É relevante referir que a escala de negociação não é considerada uma escala abusiva, pelo que, contrariamente às restantes escalas avaliadas, os resultados obtidos nesta não são considerados problemáticos, mas positivos. Assim, a escala de negociação espelha uma forma “saudável” de resolução de conflitos, em que os sujeitos adotam comportamentos não abusivos para com o seu companheiro.

Todavia, a análise estatística realizada aos valores da cronicidade dos atos violentos nestas relações, descritos nas diferentes subescalas estudadas, não evidenciou quaisquer diferenças significativas entre as subamostras masculina e feminina, quer para a perpetração como para a vitimação¹⁰.

Ao analisarmos a tabela apresentada referente à prevalência das táticas de resolução de conflitos (Tabela 9), correspondente aos índices de prevalência da violência nas relações íntimas da amostra, para a perpetração e vitimação, podemos verificar que o tipo de atos abusivos mais perpetrado por parte dos sujeitos para com os seus companheiros é a agressão psicológica ligeira (72.3%), seguindo-se a agressão psicológica severa (27%), o abuso físico sem sequelas ligeiro (26.3%), a coerção sexual ligeira (18.2%), o abuso físico sem sequelas severo (5.8%), o abuso físico com sequelas ligeiro (5.8%), o abuso físico com sequelas severo (2.2%) e, por fim, a coerção sexual severa (1.5%).

Da mesma forma, a agressão psicológica ligeira é também identificada como a que reúne valores de maior vitimação (70.1%), seguindo-se o abuso físico sem sequelas ligeiro (24.8%), a agressão psicológica severa (23.4%), o abuso físico sem sequelas severo (6.6%), o abuso físico com sequelas ligeiro (5.1%), a coerção sexual severa (2.9%) e o abuso físico com sequelas severo (1.5%).

Destaca-se também a manifestação de táticas de resolução de conflitos que não envolvem qualquer tipo de abuso ao outro,

¹⁰ Ver Anexo III, 3 e 4.

nomeadamente ao nível da escala de negociação. Neste sentido, foram adotados comportamentos de negociação emocional em 98.5% das relações estudadas, sendo esta uma tática de resolução de conflitos à qual quase a totalidade dos sujeitos recorre frequentemente. Na mesma linha, surgem os valores da negociação emocional ao nível da vitimação, que é assinalada por 98.5% dos sujeitos.

Tabela 9. Prevalência das táticas de resolução de conflitos nas relações íntimas (CTS-2)

Escalas/ Subescalas	Perpetração						Vitimação					
	Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Negociação												
Emocional	117	99.2	18	94.7	135	98.5	116	98.3	19	100	135	98.5
Cognitiva	116	98.3	18	94.7	134	97.8	116	98.3	18	94.7	134	97.8
Agressão Psicológica												
Ligeiro	84	71.2	15	78.9	99	72.3	82	69.5	14	73.7	96	70.1
Severo	29	24.6	8	42.1	37	27.0	27	22.9	5	26.3	32	23.4
Abuso Físico sem Sequelas												
Ligeiro	30	25.4	6	31.6	36	26.3	28	23.7	6	31.6	34	24.8
Severo	8	6.8	0	0	8	5.8	8	6.8	1	5.3	9	6.6
Coerção Sexual												
Ligeiro	20	16.9	5	26.3	25	18.2	31	26.3	5	26.3	36	26.3
Severo	2	1.7	0	0	2	1.5	4	3.4	0	0	4	2.9
Abuso Físico com Sequelas												
Ligeiro	7	5.9	1	5.3	8	5.8	6	5.1	1	5.3	7	5.1
Severo	2	1.7	1	5.3	3	2.2	2	1.7	0	0	2	1.5

No que diz respeito às diferenças entre sexos, podemos verificar que os sujeitos do sexo feminino destacam-se como sendo mais perpetradores de atos abusivos, em comparação ao do sexo masculino, nas escalas de negociação emocional (99.2%) e cognitiva (98.3%), abuso físico sem sequelas severo (6.8%), coerção sexual severa (1.7%) e abuso físico ligeiro (5.9%). Ao nível da vitimação, são os sujeitos do sexo masculino que reportam índices mais elevados, nomeadamente nas escalas de negociação emocional (100%), agressão psicológica ligeira (73.7%) e severa (26.3%), abuso físico sem sequelas (31.6%) e abuso físico com sequelas ligeiro (5.3%).

4.3. Influência da variável formação em VPI nas representações sociais

A análise da relação entre as representações sociais indicadas pelos sujeitos desta amostra e o facto destes mesmos sujeitos terem, em algum momento, adquirido formação no âmbito da violência entre parceiros íntimos, foi realizada com o intuito de se averiguar em que medida a aquisição de conhecimento afetará o seu grau de legitimação relativamente a comportamentos abusivos entre elementos de uma díade.

Tabela 10. Análise descritiva da relação entre a formação em VPI e as representações acerca da violência nas relações íntimas (QRVC-HIS)

	Formação em “Violência entre Parceiros Íntimos”		
	Não n=108 M (DP)	Sim n=90 M (PD)	Total N=198 M (DP)
História 1	12.34 (3.894)	12.02 (3.335)	12.20 (3.645)
História 2	13.24 (4.332)	13.76 (4.405)	13.47 (4.361)
História 3	12.27 (3.525)	12.59 (3.619)	12.41 (3.562)
Total Histórias	37.85(10.832)	38.37(10.004)	38.09 (10.440)

De acordo com a Tabela 10, podemos verificar, através da sua análise descritiva, que nos valores apresentados para a História 2 e 3, assim como o total das histórias, do subgrupo de sujeitos que afirmam não ter frequentado formação revelam-se ligeiramente inferiores, quando comparados com o subgrupo de participantes que adquiriu formação neste contexto, indiciando os primeiros uma postura mais legitimadora perante comportamentos abusivos do que os últimos. Porém, isto não se verifica nos valores obtidos na História 1, onde esta suposição toma um sentido inverso, e os resultados obtidos através da comparação de médias revelam não existir diferenças estatisticamente significativas entre os subgrupos em estudo, tendo uma magnitude do efeito pequena: História 1 [t(196)=0.615; p=0.539; d=0.0875], História 2 [t(196)=-0.826; p=0.410; d=0.1174], História 3 [t(196)=-0.629; p=0.530; d=0.0894] e História Total [t(196)=-0.345; p=0.731; d=0.0489], o que nos mostra não existirem diferenças no grau de legitimação da violência entre os subgrupos¹¹.

¹¹ Ver Anexo III, 5.

4.3.1. Influência da variável duração da formação em VPI nas representações sociais

Os resultados obtidos através da verificação da homogeneidade das variâncias entre as diferentes classes de horas de formação em VPI indicam que apenas a História 2 e o Total Histórias são, de facto, homogêneos. Porém, os resultados refletem a inexistência de diferenças significativas entre as mesmas e as subamostras de classes de horas de formação em VPI: História 2 [F (5,130)=0.710; p=0.617] e Total Histórias [F (5,130)=1.247; p=0.291]¹².

No caso das Histórias 1 e 3, não tendo sido verificada a homogeneidade das amostras, recorreu-se ao teste não paramétrico de Kruskal-Wallis. Este teste apresentou os seguintes valores: História 1 [$X^2(20)=22.484$; p=0.315]; História 3 [$X^2(20)=25.890$; p=0.169], o que novamente sugere não se verificarem diferenças estatisticamente significativas.

4.4. Influência de variáveis sociodemográficas nas representações sociais da VPI

No decurso da análise aos dados recolhidos, atribuímos um maior destaque ao impacto que as variáveis *idade* e *zona de residência*, em interação com a variável *sexo*, poderão ter nas crenças da amostra acerca da violência nas relações íntimas no que diz respeito aos dados obtidos com o QRVC-HIS¹³.

4.4.1. Interação sexo/idade

Os resultados obtidos através da análise da interação entre a variável sexo e idade revelam não existir diferenças estatisticamente significativas para qualquer uma das histórias (p>.05): História 1 [F (1,25.888)=1.995; p=0.159], História 2 [F (1,23.449)=1.246; p=0.266], História 3 [F (1,15.254)=1.216; p=0.272] e Total Histórias [F (1,191.436)=1.793; p=1.108].

¹² Ver Anexo III, 6

¹³ Ver Anexo III, 7.

4.4.2. Interação sexo/zona de residência

Quando avaliada a influência da interação entre a zona de residência e o sexo dos respondentes nas crenças que estes mantêm acerca da violência nas relações íntimas, não foram novamente verificadas diferenças estatisticamente significativas ao nível das histórias, na medida em que: História 1 [F (5,83.525)=1.288; p=0.271], História 2 [F (5,109.071)=1.169; p=0.326], História 3 [F (5,35.407)=0.557; p=0.733] e Total Histórias [F (5,593.000)=0.182; p=0.357].

V - Discussão

Apresentados os resultados obtidos neste estudo, passamos a uma reflexão e discussão dos mesmos, confrontando-os com a literatura disponível. Importa salvaguardar que esta investigação consiste num estudo de carácter exploratório.

Pontuamos que nenhuma das análises realizadas evidenciou diferenças significativas em termos estatísticos, demonstrando que essas diferenças não foram suficientemente fortes para serem consideradas significativas (Loureiro & Gameiro, 2011)

5.1. Representações sociais associadas à VPI (QRVC-HIS e QVC-CMR)

Os resultados obtidos no presente estudo ao nível das crenças dos respondentes acerca da VPI revelam-se concordantes com as conclusões apresentadas por outros estudos realizados (Caridade, Machado, & Vaz, 2007; Machado, Matos, & Moreira, 2003; Mendes & Cláudio, 2010; Vieira, 2013; Vasconcelos, 2014), revelando uma baixa aceitação de comportamentos abusivos entre a amostra de jovens universitários em geral.

Ao compararmos as médias de cada história do QRVC-HIS, podemos verificar que a História 2, que retrata uma relação conjugal pautada por comportamentos violentos por parte de uma senhora idosa para com o seu companheiro, é aquela que obtém valores mais elevados e, assim, constitui a história/situação com maior legitimação da violência por parte da amostra em geral e dos diferentes sexos em particular. Esta desculpabilização da

Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes de enfermagem

violência poderá estar associada ao facto de esta conduta ser perpetrada por uma mulher, uma vez que os abusos por parte de sujeitos do sexo feminino tendem a ser considerados menos ofensivos e e mais aceitáveis (Carlson & Worden, 2005, como citado em Vieira, 2013), ou até mesmo ser considerados como uma forma de autodefesa (WHO, 2013). Podemos ainda notar que estudos sugerem que, com o avançar da idade dos elementos da idade, o risco de perpetração e vitimação da violência conjugal diminui (Kantor & Jasinski, 1998, como citado em Paiva, 2010), o que poderá levar a uma desacreditação por parte da amostra à situação exposta.

A segunda história mais legitimada pela amostra foi aquela onde são descritos um conjunto de atos abusivos num casal com um estatuto socioeconómico médio-alto, por parte do marido para com a sua companheira (História 1). Esta baixa aceitação poderá ser explicada pela crença de que as condutas abusivas estão associadas ao baixo estatuto económico, desemprego e meios sociais desfavoráveis como, de facto, é verificada esta inferência em diversos estudos (Magdol et al., 1997). Assim, os sujeitos da amostra poderão tender a legitimar em menor grau as situações de violência nestes contextos onde o casal não enfrenta estas adversidades. As conclusões de Manita e colaboradores (2009, como citado em Costa, 2014) vão de encontro a esta leitura, na medida em que os autores destacam que a VPI é “transversal aos diferentes padrões culturais, religiosos, económicos e profissionais” (Costa, 2014, p.28), pelo que podem, de facto, existir episódios de violência em famílias de extratos sociais mais elevados, estes apenas procuram proteger a sua privacidade (Casimiro, 2002), não mostrando esta realidade para o exterior.

Por outro lado, a História 3 foi aquela que evidenciou médias mais baixas, na amostra em geral, demonstrando um menor grau de aceitação da violência. Esta retrata o caso de episódios de violência física por parte do companheiro, quando se encontra alcoolizado, em direção à sua companheira que se encontra grávida. Neste sentido, apesar da literatura associar o comportamento abusivo ao consumo e efeito do álcool nas condutas do agressor (Magdol et al., 1997), os seus efeitos não devem ser vistos como uma causa ou desculpa para a emergência de agressões ao outro, mas um fator predisponente pois, como salienta Manita e colaboradores (2009, como citado em Costa, 2014). No entanto, é importante salientar a baixa

legitimação por parte da amostra neste caso de VPI, que poderá ser justificada pela área de formação académica em que estes se encontram e que possivelmente lhes confere um maior grau de sensibilização e maturação (Paiva, 2010; Vieira, 2013).

Ao nível das diferenças entre as subamostras, as diferenças nos valores médias de cada subgrupo possibilitaram a constatação de algumas diferenças a ter em conta. Neste sentido, verificou-se que as crenças e percepções das subamostras foram concordantes nas histórias mais e menos legitimadas (História 2 e História 3, respetivamente), com a subamostra feminina destacando-se como a menos legitimadora da violência, nesta situação e nas restantes histórias. De facto, são diversos os estudos que nos sugerem uma maior legitimação da violência por parte do sexo masculino, pelo que Caridade, Machado e Vaz (2007) afirmam a importância das questões socioculturais, na medida em que subsiste uma socialização diferenciada entre indivíduos do sexo masculino e feminino, tanto ao nível das expectativas e papéis de género como ao nível da socialização para a agressividade.

Quanto à análise do QVC-CMR, podem-se destacar os factores que os sujeitos, tanto do subgrupo feminino como do masculino, consideram mais e menos contribuidoras para a ativação, manutenção e resolução dos conflitos e comportamentos violentos. A amostra em geral é concordante quando aponta como principais fatores de ativação na violência nas relações íntimas as situações onde exista o consumo de álcool/drogas por parte do agressor. Neste sentido, Lourenço e Fernandes (2011) destacam as implicações negativas e destrutivas que o consumo excessivo de álcool tem na díade, salientando que o álcool poderá ser entendido como “um forte catalisador de comportamentos agressivos” (2011, p.22), o que coloca estas vítimas sujeitas a ameaças e implicações ao nível da sua saúde quando o consumo excessivo por parte do seu companheiro desencadeia novos episódios de violência (Dawson et al., 2007; Sekii et al., 2005, como citado em Lourenço & Fernandes, 2011). Um estudo desenvolvido por Magdol e colaboradores (1997) mostrou que tanto perpetradores como vítimas de violência reportaram níveis mais elevados de dependência de álcool e de drogas ilícitas do que um amostra de indivíduos que não perpetravam nem eram vítimas de violência por parte dos seus companheiros. Desta forma, podemos

inferir que o consumo de álcool consiste num factor que afeta as relações íntimas dos consumidores, surgindo como uma fonte contaminadora da sua vida conjugal e familiar, assim como da do seu companheiro (Lourenço & Fernandes, 2011). Porém, é importante ter em atenção que este fator não pode ser considerado como um fator causal único da violência nas relações íntimas, desculpabilizando o agressor com os efeitos decorrentes do seu consumo, como salienta Alexander (1993, como citado em Vasconcelos, 2014).

Ainda assim, a amostra em geral destaca também como um fator de ativação da violência a condição mental do agressor, no sentido de este apresentar alguma doença mental. Uma das conclusões do estudo de Magdol e colaboradores (1997) corrobora a importância deste factor, uma vez que as conclusões retiradas dessa investigação descrevem uma associação entre diversos sintomas de desordens mentais e a violência para com os seus companheiros, salientado ainda que a perpetração e a vitimação reportada pelos indivíduos do sexo masculino dessa amostra está associada à escassez de fontes de apoio social.

Ao nível dos fatores de manutenção da violência nas relações íntimas, as opiniões das subamostras de sujeitos inquiridos são novamente consonantes ao assinalarem a ausência de denúncia como uma das razões pelas quais os comportamentos abusivos nestas relações são mantidos. Por outro lado, a amostra parece atribuir ainda alguma da culpa à justiça, apontando a falta de confiança na justiça por parte das vítimas como outra das razões pelas quais estas não reportam os abusos e mantêm a sua relação com o agressor. Estes dois fatores poderão estar, de certa forma, associados, uma vez que o primeiro poderá ser considerado uma consequência do segundo, temendo futuras represálias por parte do seu companheiro se justiça não for feita. De facto, a WHO (2012) enfatiza a necessidade de serem estabelecidas medidas que garantam uma maior proteção da vítima. Neste sentido, estes autores reforçam a necessidade de reestruturação e melhoria das leis decretadas e a sua aplicação junto das vítimas e agressores, na medida em que estas contribuiriam para a sinalização destes comportamentos socialmente não aceitáveis e, ainda, fortalecer as sanções destinadas aos perpetradores.

Por fim, “o incentivo à denúncia” é o fator de resolução dos

comportamentos violentos que detém um maior realce por parte dos sujeitos da amostra, seguindo-se, a “necessidade de proteção da vítima”, o que vai novamente de encontro ao que já foi referido anteriormente, no sentido de serem implementadas e reforçadas leis que garantam a proteção e segurança das vítimas e instituições que possam fornecer o apoio que estas vítimas necessitam para terminarem os atos violentos de que são alvo (WHO, 2012). Nesta linha, e ainda de acordo com esta associação, outras razões pelas quais as vítimas não reportam a sua situação e permanecem em relações abusivas prendem-se pelo que facto de, para além de temerem retaliações por parte do agressor, sentirem a falta de apoio e suporte por parte das famílias e amigos e esperança de que o agressor possa mudar o seu comportamento.

5.2. Resolução de Conflitos entre parceiros íntimos (CTS-2)

A adopção de comportamentos de carácter violento por parte da amostra em estudo, no âmbito das relações atuais, descrita através da análise do CTS-2, é consonante com os resultados obtidos noutros estudos realizados acerca desta problemática, nomeadamente de Paiva e Figueiredo (2006), Vieira (2013) e Vasconcelos (2014). De facto, diversas investigações realizadas com amostras de estudantes universitários, à semelhança do presente estudo, sugerem existir um frequente recurso à violência por parte destes jovens, com o intuito de resolução de conflitos com os seus companheiros (Magdol et al., 1997; Caridade et al., 2007; Machado et al., 2003; Machado et al., 2010), o que constitui uma situação alarmante e com necessidade de especial foco.

Oliveira e Sani (2009) sublinham a importância de potenciais processos de aprendizagem que possam, em parte, estar na origem dos comportamentos abusivos por parte dos agressores, assim como das crenças legitimadoras desses abusos. Nesta linha, destaca-se a relevância de uma possível transmissão intergeracional da violência, pois os agressores, ao testemunharem condutas agressivas no seio familiar ao longo do seu crescimento e ao assumirem essas condutas como comportamentos legítimos e socialmente aceites, terão uma maior tendência para recorrerem a essas táticas de resolução de conflitos nas suas relações íntimas (Oliveira & Sani, 2009) e banalizarem essas situações.

A análise dos valores recolhidos relativos à cronicidade dos atos

abusivos nas relações íntimas da amostra em geral demonstra que a violência psicológica é a subescala abusiva que reuniu valores mais elevados (Paiva & Figueiredo, 2004), constituindo-se, assim, a mais adotada, seguindo-se a violência física ligeira, tal como é possível contactar em estudos anteriores (Magdol, et al., 1997; Caridade, Machado & Vaz, 2007). Apesar de não serem encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as subamostras de sexo (Machado, Matos, & Moreira, 2003; Caridade, Machado, & Vaz, 2007) ao longo da análise destas escalas de resolução de conflitos, as médias e as percentagens que foram recolhidas evidenciam algumas diferenças entre os sujeitos do sexo masculino e feminino. Cáceres (2002, como citado em Carrasco, 2009) relata que são diversos os estudos que revelam não terem sido verificadas diferenças estatisticamente significativas entre os sexos dos respondentes, ao nível da violência psicológica, à semelhança do presente estudo, constatando que estas condutas agressivas são perpetradas tanto pelos indivíduos do sexo masculino como do feminino.

Analisando as diferenças entre sexos, os sujeitos do sexo masculino surgem como aqueles que apresentam valores de perpetração da violência psicológica superiores, tal como nos estudos de Magdol e colaboradores (1997). Em contrapartida, os sujeitos da subamostra feminina destacam-se como sendo a subamostra mais perpetradora em todas as restantes subescalas avaliadas.

Quando averiguados os resultados obtidos ao nível da vitimação, porém, são os sujeitos do sexo masculino os que reportam serem mais vítimas de agressões psicológicas por parte das suas companheiras e as respondentes do sexo feminino apresentam, novamente, valores mais elevados de vitimação para as restantes subescalas abusivas. De acordo com estas evidências podemos, assim, ponderar que estejamos perante uma simetria da violência nas relações íntimas. De facto, segundo alguns estudos, os comportamentos violentos dos indivíduos do sexo feminino emergirem em situações de autodefesa (Magdol et al., 1997; Kimmel, 2002; Zaleski et al., 2010) e no sentido de retaliação (WHO, 2013; Oliveira & Sani, 2009), enquanto outras investigações sugerem que as principais razões pelas quais os sujeitos do sexo masculino se apresentam como perpetradores passam pelo tentativa de intimidação e controlo do companheiro, a manutenção da

autoridade e diferenciação de papéis na díade (Magdol et al., 1997; Oliveira & Sani, 2009; Zaleski et al., 2010), sentimentos que provavelmente se desencadeiam em resposta à sua necessidade de afirmarem a sua posição de dominância, que sentem colocada em questão devido a fatores como a baixa educação, desemprego, abuso de substâncias ou à sua fraca saúde mental (Magdol et al., 1997). É destacada também no estudo de Renner e Whitney (2009) a simetria da violência, onde são referenciados diversos estudos que apontam para uma perpetração da violência por parte do sexo feminino igual ou superior à perpetração masculina, nomeadamente Fiebert (2004, como citado em Renner & Whitney, 2009) e Medeiros e Straus (2006, como citado em Renner & Whitney, 2009).

No entanto, é de notar a inexistência de testemunhos de perpetração e vitimação da violência em subescalas de violência mais severa por parte dos indivíduos do sexo masculino e o valor reduzido por parte do sexo feminino nessas mesmas situações. As condutas violentas perpetradas nas relações íntimas envolvem geralmente comportamentos de “pequena violência”, tais como insultar, ameaçar ou esbofetear e, mesmo sendo verificado algum tipo de violência mais severa, a sua taxa seria mais reduzida para ambos os sexos (Machado, Matos, & Moreira, 2003). No entanto, estes valores podem também ser explicados através de uma das conclusões apresentadas no estudo de Zaleski e colaboradores (2010), onde os autores hipotetizam que o facto das mulheres serem apresentadas em diversos estudos como sendo mais perpetradoras da violência, comparativamente aos homens, pode ser explicado por uma maior taxa de subnotificação da perpetração por parte dos sujeitos do sexo masculino. Nesta linha, as mulheres podem também subnotificar a violência de que são vítimas por medo de represálias por parte do seu companheiro (Zaleski et al., 2010).

Por fim, deve-se realçar um ponto particularmente positivo. De entre a totalidade das escalas avaliadas no CTS-2, a escala de negociação foi aquela que reuniu os valores mais elevados, levando ao concluir que os sujeitos da amostra em geral, quase na sua totalidade, procurou recorrer a uma tática onde os sujeitos, através da “argumentação racional, comunicação de afeto positivo ou expressão de sentimentos de cuidado e respeito pelo companheiro” (Alexandra & Figueiredo, 2006, p. 15) resolvem os conflitos que surgem na sua interação.

5.3. Influência da formação nas representações sociais acerca da VPI

Ao procurar-se compreender a influência que a presença de formação em VPI teria nas crenças mantidas pelos sujeitos da amostra em estudo, diversos autores apontam que ao longo do percurso académico dos estudantes universitários a sua legitimação em relação aos comportamentos violentos se vai reduzindo (Magdol et al., 1997; Machado, Matos, & Moreira, 2003; Caridade, Machado, & Vaz, 2007; Mendes & Cláudio, 2010).

A informação disponível na literatura a que tivemos acesso relativamente às formações focadas na VPI que estes estudantes atendem é muito escassa. Recorrendo a estudos que analisaram o impacto dessas formações nas representações sociais de estudantes, Vasconcelos (2014) verificou que os sujeitos da sua amostra que relatam nunca terem assistido a formações de VPI seriam os indivíduos que mais legitimariam comportamentos abusivos nas relações íntimas. Todavia, este pressuposto não foi verificado nesta investigação. Contrariamente, os resultados obtidos ao nível da formação dos sujeitos indicam não existir diferenças significativas entre as representações sociais dos sujeitos que tiverem e as dos que não tiveram formação em VPI, ou seja, ambos os subgrupos desta amostra aparentam ter um grau semelhante de legitimação da violência nas relações íntimas.

Recorrendo às médias obtidas na análise no QRVC-HIS, verificou-se que os sujeitos que relatam nunca terem frequentado formações em VPI são aqueles que aparentemente menos legitimam a violência nas relações íntimas. Esta subamostra, que afirma nunca ter realizado formações em VPI, poderá não estar a contabilizar possíveis formações integradas no plano de estudos do seu curso académico e, de facto, terem já alguma formação em VPI que os torne menos banalizadores da violência, sendo esta questão algo a ter em consideração em futuras investigações.

Estudos mostram que os estudantes de áreas mais focadas na saúde e nas ciências sociais tendem a apresentar valores inferiores de legitimação da violência do que os estudantes de outros cursos académicos (Machado, Matos, & Moreira, 2003; Mendes & Cláudio, 2010). Apesar de esta variável

Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes de enfermagem

não ser estudada na presente investigação, seria interessante testar esta inferência no futuro e, dessa forma, retirar mais conclusões mais complexas ao nível do impacto da formação nas crenças associadas à VPI.

Ao discutirmos estes resultados, é relevante ter presente que, de entre o subgrupo de sujeitos com formação em VPI (45.5%), 22% desses sujeitos que afirma ter comparecido a formações em VPI revela ter adquirido esses conhecimentos apenas em um momento, o que poderá não ter causado um impacto tão significativo nas crenças da amostra como seria esperado. Neste sentido, e uma vez que estes estudantes poderão deparar-se com situações de violência ao longo do seu percurso profissional, seria pertinente procurar garantir algum tipo de formação em VPI na sua formação, introduzindo mais momentos onde esta problemática seja estudada e debatida, fomentando uma maior consciencialização e sensibilização nos jovens. Esta hipótese vai de encontro ao relato dos mesmos, uma vez que 61.1% da amostra geral assinala “concordo completamente” quando inquiridos acerca da importância da formação em VPI no seu percurso académico.

Quando temos em conta a duração da formação que os sujeitos tiveram em VPI, podemos verificar que a classe representativa dos sujeitos que afirmam ter entre 33 e 40 horas de formação em VPI é aquela que apresenta médias inferiores, ou seja, são aqueles que menos legitimam a violência nas relações íntimas. Esta inferência, apesar de não ser estatisticamente comprovada, poderá significar que a aceitação da violência por parte destes jovens diminui conforme as horas de formação aumenta, sustentando, de certo modo, o impacto da formação nas crenças destes sujeitos.

5.4. Influência de variáveis sociodemográficas nas representações sociais acerca da VPI

As variáveis sociodemográficas são variáveis de grande relevância quando se procede a trabalhos de investigação, pois através destas podemos estudar o modo como fatores pessoais, familiares e contextuais dos sujeitos da amostra influenciam as suas crenças e comportamentos. No presente estudo, focamo-nos nas variáveis *idade* e *zona de residência* dos respondentes, em interação com a variável *sexo*, analisando-se como estas condições afetam as representações mantidas pelos mesmos.

Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes de enfermagem

Ana Raquel Freitas Nóbrega (e-mail: anaraquelnobrega@hotmail.com) 2015

Estudos reportam que, à medida que os estudantes vão progredindo na sua idade, a sua legitimação e tolerância relativamente a comportamentos abusivos tendem a diminuir (Caridade, Machado, & Vaz, 2007; Machado, 2010). Contudo, ao nível da variável idade, podemos inferir que não são visíveis diferenças no grau de legitimação de comportamentos abusivos dos sujeitos distribuídos entre diferentes classes de idade da amostra em estudo. No entanto, 89.4% dos sujeitos da amostra analisada no presente estudo encontram-se na classe dos 18 aos 25 anos de idade, deixando às restantes classes de idade um número reduzido de respondentes e, conseqüentemente, dificultando uma interpretação equilibrada e mais precisa dos resultados da amostra. Ao nível desta variável, seria esperado encontrarem-se diferenças à medida que estes sujeitos progridem na sua idade e maturidade, fatores que poderiam contribuir para uma melhor compreensão do impacto que um comportamento agressivo tem no seu companheiro, assim como as mudanças atitudinais e dos valores provenientes da saída de casa e do confronto com novas ideias e relações interpessoais (Machado, Matos, & Moreira, 2003),

Os estudos sobre a VPI onde seja testada a influência da zona de residência dos respondentes nas suas representações são ainda escassos. Porém, é possível conjecturar algumas hipóteses, na medida em que o Relatório Anual da APAV (2013) revela que os locais onde são mais frequentemente reportadas queixas de violência são os grandes centros urbanos, distinguindo-se Lisboa (19.7%), Porto (10.4%) e Faro (8.6%), reportando para a possibilidade de uma maior perpetração da violência em áreas mais urbanas.

Todavia, são diversos os estudos que não têm vindo a evidenciar diferenças estatisticamente significativas ao nível desta variável, à semelhança do presente. Este facto leva-nos a hipotetizar que, tendo em atenção que esta amostra é constituído por estudantes do ensino superior, predominantemente por adolescentes e jovens adultos, grande parte destes vive nas cidades onde frequentam o seu curso académico e onde, possivelmente, estabelecem as relações íntimas das quais reportam estes comportamentos abusivos (Vieira, 2013). Este facto poderá, de certa forma, contribuir para um esbatimento das diferenças entre o meio urbano e rural nestas amostras, no que concerne às crenças associadas à VPI.

VI - Conclusões

A violência entre parceiros íntimos continua a ser considerada uma problemática social de grande relevância nos dias de hoje e apresenta lacunas consideráveis no que concerne à melhor forma de intervenção sobre a mesma (Sith et al., 2012). O estudo e conhecimento das crenças dos jovens estudantes em geral e futuros profissionais das áreas de saúde em particular é realmente de grande relevância, na medida em que estes estudantes estarão em contacto e encontrar-se-ão numa melhor posição para sinalizar e, posteriormente, intervir junto de vítimas de VPI.

Com esta investigação procurou-se dar resposta à necessidade de se disponibilizar uma maior base teórica relativamente às representações sociais acerca da VPI de estudantes do curso de Enfermagem, tanto ao nível da recolha de informação ao nível da prevalência e cronicidade da violência no âmbito das relações íntimas, como no sentido de promover a prevenção desses abusos. Deste modo, uma das principais conclusões retiradas deste estudo reside na baixa legitimação da violência entre a amostra em geral (e mais acentuada nos indivíduos do sexo masculino), tal como foi constatado em estudos anteriores.

Porém, esta conclusão é acompanhada pela constatação de que esta mesma amostra evidencia valores mais elevados e preocupantes de prevalência e cronicidade da violência nas suas próprias relações íntimas, destacando-se a violência psicológica e a física, sendo os sujeitos do sexo feminino os mais perpetradores.

As nossas crenças e os nossos pensamentos estão intimamente ligados aos nossos comportamentos e à forma como agimos perante as situações com que nos deparamos. Neste sentido, para além das crenças associadas à violência nas relações íntimas desta população ter um papel fundamental no seu trabalho junto de vítimas, estas crenças espelham-se também nas suas próprias relações amorosas. Face ao resultado do impacto da formação sobre VPI não se ter revelado estatisticamente significativo, consideramos que seria importante refletir sobre e avaliar com rigor a formação disponibilizada antes e durante a frequência de um curso superior (conteúdos, duração, metodologias, adequação à população em questão, etc.), aspecto particularmente, nodal numa população cuja futura prática profissional será a

da prestação de cuidados de enfermagem. As crenças mantidas pelos mesmos relativamente à VPI são também refletidas nas suas próprias relações íntimas, pelo que esta formação poderá também exercer alguma influência nas condutas de resolução de conflitos interpessoais que estes adotam junto dos seus companheiros, fomentando, ainda, nesta população de jovens universitários, uma maior consciencialização e sensibilidade ao que constituem, de facto, comportamentos abusivos e violentos ao outro.

6.1. Limitações do estudo e investigações futuras

No decurso de qualquer investigação existem fatores que dificultam o seu processo e constituem limitações. Esta investigação não foi exceção.

O facto de não existir um teste de avaliação da desejabilidade social dos sujeitos que responderam ao protocolo de investigação poderá ter sido uma das razões contribuintes para um enviesamento das suas respostas e, conseqüentemente, dos resultados obtidos, na medida em os instrumentos administrados são constituídos por questões que remetem para a sua intimidade e para comportamentos socialmente não desejados.

Outra limitação prende-se com a extensão dos instrumentos de avaliação, especialmente o CTS-2, que poderá ter provocado um desinvestimento ou desinteresse dos alunos no momento em que lhes foi aplicado o protocolo e, conseqüentemente, uma atenção mais reduzida em relação à tarefa.

A predominância do número de respondentes do sexo feminino sobre os respondentes do sexo masculino poderia ser considerada outra limitação a este estudo, uma vez que a subamostra de sujeitos do sexo masculino é muito inferior e torna os resultados obtidos menos representativos dos mesmos na população geral. Em estudos futuros seria fundamental ter em atenção estas discrepâncias que poderão surgir ao nível do sexo dos participantes, isto é, procurar recolher uma amostra com uma distribuição mais proporcional entre os sexos dos participantes.

O estudo desta problemática, especialmente incidindo em estudantes do curso superior de enfermagem, constitui ainda um campo pouco explorado e, assim, com pouco fundamento teórico disponível na literatura, acerca das representações sociais desta população, limitando eventuais comparações.

Desde modo, seria interessante a continuação da investigação neste âmbito, no sentido de recolher e disponibilizar mais informações acerca das representações sociais em VPI, tanto em amostras de estudantes desta área académica, como nos estudantes do ensino superior em geral. Porém, seria uma mais valia procurar colmatar as lacunas e limitações supracitadas, no sentido de se obterem resultados mais fidedignos e, eventualmente, mais próximos da realidade.

Bibliografia

Aguilar, R. (2010). *Representações sociais em torno da violência conjugal: estudo de validação do questionário de violência conjugal: histórias (QRVC-HIS) e do questionário de violência conjugal: causas, manutenção e resolução (QVC-CMR) com uma amostra da população geral* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios Familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.

Alexandra, C., & Figueiredo, B. (2006). Versão portuguesa das "Escala de Táticas de Conflito Revisadas": estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2) 14-39. Retirado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193818634001>

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2014). Estatísticas APAV 2013. Retirado a 21 de novembro de 2014, de http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/estatisticas/estatisticas

Beccaria, G., Beccaria, L., Dawson, R., Gorman, D., Harris, J., & Hossain, D. (2013). Nursing student's perceptions and understanding of intimate partner violence. *Nurse Education Today*, 33 (8), 907-911. Doi:10.1016/j.nedt.2012.08.004

Bidarra, M. G. A. (1986). O estudo das representações sociais: Considerações teórico-conceituais e metodológicas. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 20, 369-390.

Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4(XXIV), 485-493.

Caridade, S., Machado, C., & Vaz, F. (2007). Violência no namoro: estudo exploratório com jovens estudantes. *Psychologica*, 46, 197-214.

Carrasco, J. C. (2009). La violencia en el seno de las relaciones íntimas, analizadas por un psicólogo clínico. *Pensamiento Psicológico*, 6 (13), 13-26. Retirado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80112469002>

Casimiro, C. (2002). Representações sociais de violência conjugal. *Análise Social*, vol. XXXVII (163), 603-630. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218733193N7ILR3rn1Yd68RN0.pdf>

Connor, P. D., Nouer, S. S., Speck, P. M., Mackey, S. N., & Tipton, N. G. (2013). Nursing student and intimate partner violence education: improving and integrating knowledge into health care curricula. *Journal of Professional Nursing*, 29 (4), 233-239. doi: 10.1016/j.profnurs.2012.05.011

Costa, C. B. (2014). *Que representações sociais da violência entre parceiros íntimos têm os estudantes de enfermagem, medicina e serviço social? O papel da formação* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Filipe, S. A. (2013). *Modelos percebidos de causalidade da violência entre parceiros íntimos* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Hamberger, L. K., & Holtzworth-Munroe, A. (1994). Partner Violence. In F. Dittilio, & A. Freeman (Eds.). *Cognitive-behavioral strategies in crisis intervention* (pp.302-322). Nova Iorque: The Guilford Press.

Kimmel, M. S. (2002). "Gender symmetry" in domestic violence: A substantive and methodological research review. *Violence Against Women*, 8 (11), 1332-1363. doi: 10.1177/107780102237407

Leal, S.M.C., Lopes, M.J.M., & Gaspar, M.F.M. (2011). Representações sociais da violência contra a mulher na perspectiva da enfermagem. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 15(37), 409-424. Epub 29 de abril de 2011. Retirado a 21 de novembro de 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832011000200007&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S1414-32832011005000012

Loureiro, L. M. J., & Gameiro, M. G. H. (2011). Interpretação crítica dos resultados estatísticos: para lá da significância estatística. *Revista de*

Enfermagem Referência, 3, 151-162. Retirado de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ref/v3n3/v3n3a16.pdf>

Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenile dating relationships self-reported prevalence and attitudes in a portuguese sample. *Journal of Family Violence*, 25(1), 43-52. doi:<http://dx.doi.org/10.1007/s10896-009-9268-x>

Machado, C., Matos, M., & Moreira, A.I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.

Magdol, L., Moffitt, T. E., Caspi, A., Newman, D., Fagan, J., & Silva, P. A. (1997). Gender differences in partner violence in a birth cohort of 21-year-olds: Bridging the gap between clinical and epidemiological approaches. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65, 68-78.

Maroco, J. (2007). *Análise estatística: Com utilização do SPSS* (3.^a edição). Lisboa: Edições Sílabo.

Matos, M. A. V. (2006). *Violência nas relações de intimidade: estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher* (Dissertação de doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Mendes, E., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. In C. Nogueira, et al. (Eds.), *Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 3219-3230). Braga: Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.12/1539>

Moscovici, S. (2000). *Social representations: explorations on social psychology*. Cambridge: Polity Press.

Oliveira, J. B., Lima, M. C. P., Simão, M. O., Cavariani, M. B., Tucci, A. M., & Kerr-Corrêa, F. (2009). Violência entre parceiros íntimos e álcool: prevalência e fatores associados. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 26 (6), 494-501.

Oliveira, M. S., & Sani, A. I. (2005). Comportamentos dos jovens universitários face à violência nas relações amorosas. In BD Silva & LS Almeida (Coords), *Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia* (pp. 1061-1074). Retirado de <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/viiiicongreso/pdfs/126.pdf>

Paiva, L. (2010). *Violência conjugal: representações sociais e atribuições numa amostra de Estudantes de Psicologia do Mestrado Integrado* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107.

Pereira, A., & Patrício, T. (2013). *Guia prático de utilização SPSS: análise de dados para ciências sociais e psicologia* (8ª Ed.) Lisboa: Edições Sílabo.

Renner, L. M., & Whitney, S. D. (2010). Examining symmetry in intimate partner violence among young adults using socio-demographic characteristics. *Journal of Family Violence*, 25, 91-106. doi:10.1007/s10896-009-9273-0

Stets, J. E., & Straus, M. A. (1990). Gender differences in reporting in reporting marital violence and its medical and psychological consequences. In M. A. Straus, & R. J. Gelles (Eds.), *Physical violence in American families: Risk factors and adaptations to violence in 8145 families* (pp. 151-166). New Brunswick, NJ: Transaction.

Stith, S. M., McCollum, E. E., Amanor-Boadu, Y., & Smith, D. (2012). Systemic perspectives on intimate partner violence treatment. *Journal of Marital and Family Therapy*, 38 (1), 220-240. doi:10.1111/j.1752-0606.2011.00245.x

Stewart, D. E., MacMillan, & H., Wathen, N. (2012). Intimate partner violence. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 58 (6), 1-16.

The Campbell Collaboration. (s.d.). *Practical Meta-Analysis Effect Size Calculator*. Retirado de http://www.campbellcollaboration.org/resources/effect_size_input.php.

Vala, J. (2010). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J., Vala, & M., Monteiro (coord.) *Psicologia Social* (8ª ed.), 457-502. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vasconcelos, M. A. G. F. (2014). *As diferenças de sexo nas representações sociais da violência entre parceiros íntimos numa amostra de estudantes de saúde, serviço social e militares* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Vaz Lourenço, S. T., & Monteiro Fernandes, O. (2011). “O Álcool entre Nós”: impacto do consumo de álcool no casal. *Revista CES Psicologia*, 4 (2), 15-28. Retirado de <http://revistas.ces.edu.co/index.php/psicologia/article/view/1253/1320>

Vieira, A. M. S. (2013). *Representações sociais da violência entre parceiros íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra Portugal.

WHO □ World Health Organization (2012). *Understanding and addressing violence against women: Intimate partner violence*. Retirado de <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/en/index.html>

Zaleski, M., Pinsky, I., Laranjeira, R., Ramisetty-Mikler, S., & Caetano, R. (2010). Violência entre parceiros íntimos e consumo de álcool. *Revista Saúde Pública*, 44 (1), 53-59. Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000100006&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0034-89102010000100006

Anexos

Anexo II: Consistência Interna dos Instrumentos de Avaliação

1. Escalas de Táticas de Conflitos Revisadas (CTS-2)

Tabela 1. Alpha de Cronbach para a Negociação (Perpetração – CTS-2)

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.914	6

Tabela 2. Item-Total Statistics: Negociação (Perpetração – CTS-2)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alpha de Cronbach se o item for excluído
CTS-2 1	13.41	84.475	0.889	0.878
CTS-2 13	13.23	83.996	0.865	0.882
CTS-2 39	14.35	87.152	0.810	0.891
CTS-2 3	13.45	83.226	0.901	0.876
CTS-2 59	16.54	119.448	0.371	0.939
CTS-2 77	15.03	94.778	0.706	0.905

Tabela 3. Alpha de Cronbach para a Negociação (Vitimação – CTS-2)

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.939	6

Tabela 4. Item-Total Statistics: Negociação (Vitimação – CTS-2)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alpha de Cronbach se o item for excluído
CTS-2 2	14.77	105.667	0.869	0.921
CTS-2 14	14.56	104.853	0.847	0.924
CTS-2 40	15.65	106.404	0.825	0.926
CTS-2 4	14.87	104.382	0.880	0.919
CTS-2 60	16.49	114.830	0.722	0.938
CTS-2 78	16.34	113.309	0.758	0.934

Tabela 5. Alpha de Cronbach para a Agressão Psicológica (Perpetração – CTS-2)

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.759	8

Tabela 6. Item-Total Statistics: Agressão Psicológica (Perpetração – CTS-2)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	<i>Alpha de Cronbach se o item for excluído</i>
CTS-2 5	2.90	18.732	0.617	0.700
CTS-2 35	2.90	18.756	0.615	0.701
CTS-2 49	3.20	21.478	0.595	0.706
CTS-2 67	3.13	21.322	0.545	0.715
CTS-2 25	3.38	22.944	0.356	0.756
CTS-2 29	3.76	27.405	0.416	0.754
CTS-2 65	3.77	27.508	0.401	0.756
CTS-2 69	3.76	27.104	0.453	0.751

Tabela 7. Alpha de Cronbach para a Agressão Psicológica (Vitimação – CTS-2)

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.758	8

Tabela 8. Item-Total Statistics: Agressão Psicológica (Vitimação – CTS-2)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	<i>Alpha de Cronbach se o item for excluído</i>
CTS-2 6	2.47	16.371	0.585	0.708
CTS-2 36	2.49	16.768	0.590	0.705
CTS-2 50	2.84	19.372	0.581	0.710
CTS-2 68	2.62	17.887	0.530	0.718
CTS-2 26	2.88	19.933	0.353	0.755
CTS-2 30	3.21	23.037	0.542	0.743
CTS-2 66	3.24	23.692	0.503	0.751
CTS-2 70	3.22	23.441	0.464	0.749

Tabela 9. Alpha de Cronbach para o Abuso Físico sem Sequelas (Perpetração – CTS-2)

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.912	12

Tabela 10. Item-Total Statistics: Abuso Físico sem Sequelas (Perpetração – CTS-2)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alpha de Cronbach se o item for excluído
CTS-2 7	0.72	13.170	0.546	0.923
CTS-2 9	0.85	13.580	0.756	0.899
CTS-2 17	0.75	13.463	0.603	0.912
CTS-2 45	0.91	15.010	0.805	0.901
CTS-2 53	0.83	14.687	0.592	0.907
CTS-2 21	0.90	14.166	0.853	0.896
CTS-2 27	0.88	13.986	0.844	0.896
CTS-2 33	0.92	15.080	0.783	0.902
CTS-2 37	0.92	15.311	0.839	0.903
CTS-2 43	0.92	15.403	0.807	0.904
CTS-2 61	0.91	15.352	0.544	0.909
CTS-2 73	0.92	15.395	0.749	0.905

Tabela 11. Alpha de Cronbach para o Abuso Físico sem Sequelas (Vitimação – CTS-2)

Alpha de Cronbach	N de itens
0.932	12

Tabela 12. Item-Total Statistics: Abuso Físico sem Sequelas (Vitimação – CTS-2)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alpha de Cronbach se o item for excluído
CTS-2 8	0.72	13.558	0.610	0.937
CTS-2 10	0.78	13.613	0.754	0.926
CTS-2 18	0.70	13.612	0.590	0.939
CTS-2 46	0.83	14.503	0.819	0.923
CTS-2 54	0.81	14.566	0.726	0.926
CTS-2 22	0.84	14.324	0.814	0.923
CTS-2 28	0.84	14.771	0.855	0.923
CTS-2 34	0.85	15.147	0.803	0.926
CTS-2 38	0.85	14.907	0.900	0.923
CTS-2 44	0.86	14.958	0.831	0.924
CTS-2 62	0.87	15.430	0.805	0.927
CTS-2 74	0.84	15.025	0.754	0.926

Tabela 13. Alpha de Cronbach para a Coerção Sexual (Perpetração – CTS-2)

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.749	7

Tabela 14. Item-Total Statistics: Coerção Sexual (Perpetração – CTS-2)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	<i>Alpha de Cronbach se o item for excluído</i>
CTS-2 15	0.28	3.822	0.276	0.910
CTS-2 51	0.50	5.108	0.550	0.705
CTS-2 63	0.53	5.134	0.590	0.701
CTS-2 19	0.54	5.006	0.681	0.686
CTS-2 47	0.56	5.358	0.750	0.699
CTS-2 57	0.55	5.114	0.781	0.683
CTS-2 75	0.56	5.317	0.741	0.697

Tabela 15. Alpha de Cronbach para a Coerção Sexual (Vitimação – CTS-2)

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.742	7

Tabela 16. Item-Total Statistics: Coerção Sexual (Vitimação – CTS-2)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	<i>Alpha de Cronbach se o item for excluído</i>
CTS-2 16	0.46	5.027	0.284	0.858
CTS-2 52	0.63	5.828	0.581	0.682
CTS-2 64	0.68	6.283	0.474	0.708
CTS-2 20	0.75	6.482	0.658	0.688
CTS-2 48	0.77	6.908	0.678	0.704
CTS-2 58	0.75	6.303	0.677	0.679
CTS-2 76	0.76	6.737	0.743	0.693

Tabela 17. Alpha de Cronbach para o Abuso Físico com Sequelas (Perpetração – CTS-2)

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.910	6

Tabela 18. Item-Total Statistics: Abuso Físico com Sequelas (Perpetração – CTS-2)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alpha de Cronbach se o item for excluído
CTS-2 11	0.17	2.279	0.629	0.938
CTS-2 71	0.22	2.741	0.719	0.899
CTS-2 23	0.22	2.620	0.880	0.880
CTS-2 31	0.22	2.579	0.839	0.883
CTS-2 41	0.22	2.647	0.751	0.895
CTS-2 55	0.23	2.619	0.915	0.877

Tabela 19. Alpha de Cronbach para Abuso Físico com Sequelas (Vitimação – CTS-2)

Alpha de Cronbach	N de itens
0.931	6

Tabela 20. Item-Total Statistics: Abuso Físico com Sequelas (Vitimação – CTS-2)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alpha de Cronbach se o item for excluído
CTS-2 12	0.16	2.172	0.716	0.940
CTS-2 72	0.19	2.503	0.736	0.926
CTS-2 24	0.18	2.116	0.854	0.913
CTS-2 32	0.20	2.466	0.885	0.911
CTS-2 42	0.20	2.555	0.893	0.914
CTS-2 56	0.20	2.390	0.900	0.908

2. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)

Tabela 21. Alpha de Cronbach para o Total de Histórias

Alpha de Cronbach	N de itens
0.946	30

Tabela 22. Alpha de Cronbach para a História 1

Alpha de Cronbach	N de itens
0.842	10

Tabela 23. Alpha de Cronbach para a História 2

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.901	10

Tabela 24. Alpha de Cronbach para a História 3

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.882	10

Tabela 25. Item-Total Statistics: QRVC-HIS Total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	<i>Alpha de Cronbach se o item for excluído</i>
QRVC-HIS 11	38.13	107.317	0.588	0.944
QRVC-HIS 12	38.02	105.122	0.598	0.944
QRVC-HIS 13	38.14	107.161	0.637	0.944
QRVC-HIS 14	38.13	106.619	0.661	0.944
QRVC-HIS 15	38.06	106.187	0.614	0.944
QRVC-HIS 16	37.58	103.913	0.432	0.947
QRVC-HIS 17	38.16	107.641	0.639	0.944
QRVC-HIS 18	37.80	104.186	0.505	0.945
QRVC-HIS 19	38.06	106.585	0.553	0.944
QRVC-HIS 110	38.12	106.847	0.626	0.944
QRVC-HIS 21	37.88	104.497	0.646	0.943
QRVC-HIS 22	37.93	104.435	0.653	0.943
QRVC-HIS 23	37.96	104.717	0.690	0.943
QRVC-HIS 24	37.88	104.252	0.688	0.943
QRVC-HIS 25	37.76	103.482	0.560	0.945
QRVC-HIS 26	37.86	104.481	0.604	0.944
QRVC-HIS 27	37.92	104.246	0.687	0.943
QRVC-HIS 28	37.46	102.021	0.551	0.945
QRVC-HIS 29	37.96	104.023	0.737	0.943
QRVC-HIS 210	37.86	103.820	0.638	0.944
QRVC-HIS 31	37.84	105.333	0.505	0.945
QRVC-HIS 32	37.53	102.817	0.533	0.945
QRVC-HIS 33	38.04	105.960	0.619	0.944
QRVC-HIS 34	38.09	106.255	0.705	0.943
QRVC-HIS 35	38.08	106.342	0.630	0.944

QRVC-HIS 36	38.00	105.676	0.614	0.944
QRVC-HIS 37	38.05	105.707	0.651	0.944
QRVC-HIS 38	37.99	104.766	0.668	0.943
QRVC-HIS 39	38.10	106.355	0.668	0.944
QRVC-HIS 310	38.07	106.124	0.690	0.943

3. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)

Tabela 26. Alpha de Cronbach para os fatores de Ativação (QVC-CMR)

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.863	14

Tabela 27. Item-Total Statistics: Fatores de Ativação

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	<i>Alpha de Cronbach se o item for excluído</i>
QVC-CMR C1	31.69	42.689	0.538	0.852
QVC-CMR C2	31.68	43.831	0.460	0.856
QVC-CMR C3	32.45	42.659	0.465	0.856
QVC-CMR C4	31.89	42.849	0.445	0.857
QVC-CMR C5	32.33	42.080	0.507	0.854
QVC-CMR C6	32.65	43.290	0.475	0.856
QVC-CMR C7	32.02	42.415	0.465	0.857
QVC-CMR C8	32.33	41.780	0.582	0.850
QVC-CMR C9	32.48	41.871	0.606	0.849
QVC-CMR C10	31.79	41.293	0.626	0.847
QVC-CMR C11	31.63	42.987	0.478	0.855
QVC-CMR C12	31.93	43.080	0.393	0.861
QVC-CMR C13	31.83	42.053	0.565	0.851
QVC-CMR C14	31.73	41.454	0.639	0.847

Tabela 28. Alpha de Cronbach para os fatores de Manutenção (QVC-CMR)

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.825	14

Tabela 29. Item-Total Statistics: Fatores de Manutenção

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	<i>Alpha</i> de Cronbach se o item for excluído
QVC-CMR M1	40.26	26.661	0.464	0.814
QVC-CMR M2	40.41	26.266	0.496	0.811
QVC-CMR M3	40.85	26.209	0.399	0.818
QVC-CMR M4	40.73	26.272	0.348	0.822
QVC-CMR M5	40.69	26.300	0.463	0.813
QVC-CMR M6	40.79	25.419	0.510	0.810
QVC-CMR M7	40.70	26.134	0.526	0.810
QVC-CMR M8	40.51	25.469	0.569	0.806
QVC-CMR M9	40.79	25.160	0.534	0.808
QVC-CMR M10	40.88	25.937	0.429	0.816
QVC-CMR M11	40.41	26.291	0.498	0.811
QVC-CMR M12	40.52	26.116	0.507	0.811
QVC-CMR M13	41.12	25.758	0.369	0.822
QVC-CMR M14	41.16	26.477	0.350	0.822

Tabela 30. Alpha de Cronbach para os fatores de Resolução (QVC-CMR)

<i>Alpha de Cronbach</i>	N de itens
0.813	14

Tabela 31. Item-Total Statistics: Fatores de Resolução

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	<i>Alpha</i> de Cronbach se o item for excluído
QVC-CMR R1	41.87	25.679	0.444	0.801
QVC-CMR R2	41.91	25.680	0.393	0.805
QVC-CMR R3	41.55	26.449	0.444	0.803
QVC-CMR R4	42.16	26.052	0.327	0.810
QVC-CMR R5	41.55	26.270	0.461	0.802
QVC-CMR R6	42.18	25.176	0.367	0.809
QVC-CMR R7	41.90	24.891	0.548	0.794
QVC-CMR R8	42.26	25.268	0.355	0.810
QVC-CMR R9	41.71	25.464	0.543	0.796
QVC-CMR R10	42.33	24.268	0.504	0.796
QVC-CMR R11	42.34	24.114	0.510	0.796
QVC-CMR R12	42.36	24.650	0.478	0.799
QVC-CMR R13	42.41	25.024	0.430	0.802
QVC-CMR R14	41.68	26.049	0.442	0.802

Anexo III: Resultados

1. Análise descritivas dos itens das Histórias por sexo (QRVC-HIS)

Tabela 32. Análise descritiva para os itens da História 1 (QRVC-HIS)

	Masculino M (DP)	Feminino M (DP)	Total M (DP)
QRVC-HIS 11	1.21 (0.630)	1.08 (0.351)	1.10 (0.403)
QRVC-HIS 12	1.54 (0.881)	1.21(0.585)	1.25 (0.643)
QRVC-HIS 13	1.32 (0.612)	1.08 (0.334)	1.12 (0.392)
QRVC-HIS 14	1.18 (0.476)	1.10 (0.387)	1.11 (0.400)
QRVC-HIS 15	1.32 (0.612)	1.19(0.486)	1.21 (0.506)
QRVC-HIS 16	1.57 (0.836)	1.56 (0.903)	1.57 (0.892)
QRVC-HIS 17	1.29 (0.713)	1.09 (0.323)	1.12 (0.405)
QRVC-HIS 18	1.82 (0.945)	1.39 (0.724)	1.45 (0.771)
QRVC-HIS 19	1.32 (0.723)	1.12 (0.410)	1.15 (0.470)
QRVC-HIS 110	1.29 (0.535)	1.09 (0.365)	1.12 (0.397)

Tabela 33. Análise descritiva para os itens da História 2 (QRVC-HIS)

	Masculino M (DP)	Feminino M (DP)	Total M (DP)
QRVC-HIS 21	1.36 (0.621)	1.28 (0.524)	1.29 (0.538)
QRVC-HIS 22	1.50 (0.577)	1.26 (0.571)	1.30 (0.576)
QRVC-HIS 23	1.43 (0.573)	1.22 (0.471)	1.25 (0.490)
QRVC-HIS 24	1.36 (0.488)	1.29 (0.549)	1.30 (0.540)
QRVC-HIS 25	1.50 (0.793)	1.42 (0.743)	1.43 (0.749)
QRVC-HIS 26	1.50 (0.577)	1.28 (0.577)	1.31 (0.564)
QRVC-HIS 27	1.50 (0.577)	1.28 (0.546)	1.31 (0.555)
QRVC-HIS 28	1.82 (0.945)	1.68 (0.854)	1.70 (0.866)
QRVC-HIS 29	1.29 (0.535)	1.23 (0.499)	1.24 (0.503)
QRVC-HIS 210	1.68 (0.612)	1.29 (0.620)	1.34 (0.632)

Tabela 34. Análise descritiva para os itens da História 3 (QRVC-HIS)

	Masculino M (DP)	Feminino M (DP)	Total M (DP)
QRVC-HIS 31	1.50 (0.694)	1.36 (0.611)	1.38 (0.624)
QRVC-HIS 32	1.93(1.052)	1.64 (0.861)	1.68 (0.894)
QRVC-HIS 33	1.36 (0.559)	1.18 (0.495)	1.21 (0.506)
QRVC-HIS 34	1.18 (0.476)	1.14 (0.391)	1.14 (0.403)
QRVC-HIS 35	1.29 (0.600)	1.11 (0.393)	1.13 (0.431)
QRVC-HIS 36	1.36 (0.678)	1.19 (0.448)	1.21 (0.489)
QRVC-HIS 37	1.25 (0.518)	1.16 (0.444)	1.18 (0.455)
QRVC-HIS 38	1.36 (0.621)	1.20 (0.494)	1.22 (0.515)
QRVC-HIS 39	1.21 (0.499)	1.09 (0.331)	1.11 (0.360)
QRVC-HIS 310	1.36 (0.559)	1.12 (0.347)	1.16 (0.391)

2. Influência da variável sexo nas representações sociais acerca da violência conjugal (QRVC-HIS)

Tabela 35. Teste *T-student* para amostra independentes (Variável Independente: Sexo)

Teste-t para igualdade de Médias							
	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de Confiança da diferença	
						Inferior	Superior
HIS 1	-1.882	30.444	0.069	-1.934	1.028	-4.031	0.164
HIS 2	-1.916	196	0.057	-1.693	0.884	-3.426	0.049
HIS 3	-1.750	31.702	0.090	-1.597	0.0913	-3.457	0.262
HIS Total	-2.081	32.631	0.045	-5.224	2.510	-10.333	-0.116

Tabela 36. *Group statistics*

	Sexo	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
HIS 1	F	170	11.92	3.242	0.249
	M	28	13.86	5.275	0.997
HIS 2	F	170	13.24	4.365	0.335
	M	28	14.93	4.118	0.778
HIS 3	F	170	12.19	3.316	0.254
	M	28	13.79	4.638	0.876
HIS Total	F	170	37.35	9.878	0.758
	M	28	42.57	12.662	2.393

3. Influência da variável sexo nas táticas de resolução de conflitos entre parceiros íntimos: Cronicidade e Perpetração (CTS-2)

Tabela 37. Teste *T-student* para amostra independentes (Variável Independente: Sexo)

Teste-t para igualdade de Médias							
	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de Confiança da diferença	
						Inferior	Superior
Negociação Emocional	0.466	135	0.642	2.536	5.438	-8.218	13.290
Negociação Cognitiva	0.390	135	0.697	2.172	5.568	-8.839	13.183
Agressão Psicológica Ligeira	-0.396	135	0.692	-1.124	2.836	-6.734	4.485
Agressão Psicológica Severa	-0.284	135	0.777	-0.636	2.243	-5.072	3.800
Abuso Físico Sem Sequelas Ligeira	0.748	135	0.456	1.824	2.438	-2.998	6.646
Abuso Físico Sem Sequelas Severa	0.567	135	0.572	1.551	2.734	-3.856	6.958
Coerção Sexual Ligeira	0.135	135	0.893	0.285	2.112	-3.891	4.462
Coerção Sexual Severa	0.442	135	0.659	0.847	1.917	-2.943	4.638
Abuso Físico Com Sequelas Ligeira	0.550	135	0.584	0.490	0.891	-1.273	2.252
Abuso Físico Com Sequelas Severa	0.721	135	0.472	1.381	1.916	-2.409	5.171

Tabela 38. Group Statistics

	Sexo	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Negociação	F	118	50.48	21.758	2.003
Emocional	M	19	47.95	23.491	5.389
Negociação	F	118	32.86	22.649	2.085
Cognitiva	M	19	30.68	21.682	4.974
Agressão	F	118	7.30	11.746	1.081
Psicológica Ligeira	M	19	8.42	9.518	2.184
Agressão	F	118	2.63	9.218	0.849
Psicológica Severa	M	19	3.26	8.082	1.854
Abuso Físico Sem	F	118	2.51	10.585	0.974
Sequelas Ligeira	M	19	0.68	1.157	0.265
Abuso Físico Sem	F	118	1.55	11.881	1.094
Sequelas Severa	M	19	0.00	0.000	0.000
Coerção Sexual	F	118	2.86	8.817	0.812
Ligeira	M	19	2.58	6.483	1.487
Coerção Sexual	F	118	0.85	8.328	0.767
Severa	M	19	0.00	0.000	0.000
Abuso Físico Com	F	118	0.54	3.871	0.356
Sequelas Ligeira	M	19	0.05	0.229	0.053
Abuso Físico Com	F	118	1.38	8.328	0.767
Sequelas Severa	M	19	0.00	0.000	0.000

4. Influência da variável sexo nas táticas de resolução de conflitos entre parceiros íntimos: Cronicidade e Vitimação (CTS-2)

Tabela 39. Teste *T-student* para amostra independentes (Variável Independente: Sexo)

Teste-t para igualdade de Médias							
	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de Confiança da diferença	
						Inferior	Superior
Negociação Emocional	-0.197	135	0.844	-1.126	5.717	-12.432	10.179
Negociação Cognitiva	0.049	135	0.961	0.271	5.523	-10.651	11.193
Agressão Psicológica Ligeira	-0.539	135	0.591	-1.633	3.032	-7.629	4.363
Agressão Psicológica Severa	-0.341	135	0.733	-0.719	2.106	-4.883	3.445
Abuso Físico Sem Sequelas Ligeira	0.744	135	0.458	1.652	2.219	-2.737	6.040
Abuso Físico Sem Sequelas Severa	0.480	135	0.632	1.285	2.679	-4.013	6.582
Coerção Sexual Ligeira	0.776	135	0.439	1.711	2.204	-2.649	6.070
Coerção Sexual Severa	0.519	135	0.604	1.136	2.187	-3.189	5.460
Abuso Físico Com Sequelas Ligeira	0.616	135	0.539	0.424	0.688	-0.936	1.784
Abuso Físico Com Sequelas Severa	0.563	135	0.575	1.008	1.793	-2.537	4.554

Tabela 40. Group Statistics

	Sexo	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Negociação Emocional	F	118	46.35	23.210	2.137
	M	19	47.47	22.567	5.177
Negociação Cognitiva	F	118	30.53	22.412	2.063
	M	19	30.26	21.876	5.019
Agressão Psicológica Ligeiro	F	118	7.05	12.533	1.154
	M	19	8.68	10.355	2.376
Agressão Psicológica Severo	F	118	2.49	8.575	0.789
	M	19	3.21	8.135	1.866
Abuso Físico Sem Sequelas Ligeiro	F	118	2.18	9.638	0.887
	M	19	0.53	0.772	0.177
Abuso Físico Sem Sequelas Severo	F	118	1.39	11.639	1.071
	M	19	0.11	0.459	0.105
Coerção Sexual Ligeiro	F	118	3.50	9.312	0.857
	M	19	1.79	5.721	1.313
Coerção Sexual Severo	F	118	1.14	9.502	0.875
	M	19	0.00	0.000	0.000
Abuso Físico Com Sequelas Ligeiro	F	118	0.42	2.988	0.275
	M	19	0.00	0.000	0.000
Abuso Físico Com Sequelas Severo	F	118	1.01	7.791	0.717
	M	19	0.00	0.000	0.000

5. Influência da variável formação nas representações sociais acerca da violência conjugal

Tabela 41. Teste *T-student* para amostra independentes (Variável Independente: Formação em VPI)

Teste-t para igualdade de Médias							
	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de Confiança da diferença	
						Inferior	Superior
HIS 1	0.615	196	0.539	0.320	0.521	-0.707	1.348
HIS 2	-0.826	196	0.410	-0.515	0.623	-1.743	0.714
HIS 3	-0.629	196	0.530	-0.320	0.509	-1.325	0.684
HIS Total	-0.345	196	0.731	-0.515	1.493	-3.460	2.430

Tabela 42. *Group Statistics*

	Formação em VPI	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
HIS 1	Não	108	12.34	3.894	0.375
	Sim	90	12.02	3.335	0.352
HIS 2	Não	108	13.24	4.332	0.417
	Sim	90	13.76	4.405	0.464
HIS 3	Não	108	12.27	3.525	0.339
	Sim	90	12.59	3.619	0.381
HIS Total	Não	108	37.85	10.832	1.042
	Sim	90	38.37	10.004	1.055

6. Influência da variável duração da formação nas representações acerca da violência conjugal

Tabela 43. One-way ANOVA (Variável independente: Duração da Formação em VPI)

		Soma dos		Quadrado		
		Quadrados	df	Médio	Z	Sig.
História 1	Entre Grupos	140.543	5	28.109	2.073	0.073
	Nos grupos	1762.390	130	13.557		
	Total	1902.934	135			
História 2	Entre Grupos	113.247	5	22.649	1.124	0.351
	Nos grupos	2619.569	130	20.151		
	Total	2732.816	135			
História 3	Entre Grupos	179.751	5	35.950	3.322	0.007
	Nos grupos	1407.006	130	10.823		
	Total	1586.757	135			
Total Histórias	Entre Grupos	1083.779	5	216.756	2.109	0.068
	Nos grupos	13358.037	130	102.754		
	Total	14441.816	135			

Tabela 44. Group Statistics

		N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão
História 1	0 horas	68	12.31	3.941	0.478
	1-8 horas	36	12.42	3.533	0.089
	9-16 horas	13	11.85	2.444	0.678
	17-24 horas	2	14.00	1.414	1.000
	25-32 horas	2	19.50	13.435	9.500
	33-40 horas	15	10.93	1.486	0.384
	Total	136	12.27	3.754	0.322
História 2	0 horas	68	13.43	4.348	0.527
	1-8 horas	36	14.03	4.742	0.790
	9-16 horas	13	15.46	5.562	0.543
	17-24 horas	2	17.50	0.707	0.500
	25-32 horas	2	16.50	9.192	6.500
	33-40 horas	15	12.53	2.800	0.723
	Total	136	13.79	4.499	0.386
História 3	0 horas	68	12.15	3.073	0.373
	1-8 horas	36	12.33	2.995	0.499
	9-16 horas	13	13.62	4.369	1.212
	17-24 horas	2	16.50	4.950	3.500
	25-32 horas	2	19.50	13.435	9.500
	33-40 horas	15	11.20	1.373	0.355
	Total	136	12.40	3.428	0.294
Total Histórias	0 horas	68	37.88	10.282	1.247
	1-8 horas	36	38.78	9.707	1.618
	9-16 horas	13	40.92	10.500	2.912
	17-24 horas	2	48.00	2.828	2.000
	25-32 horas	2	55.50	36.062	25.500
	33-40 horas	15	34.67	4.967	1.282
	Total	136	38.46	10.343	0.887

7. Interação entre a variável sexo e as variáveis sociodemográficas nas representações sociais acerca da violência conjugal (QRVC-HIS)

Tabela 45. Two-way ANOVA para a História 1

Testes de Efeitos entre Assuntos					
	Tipo III Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Sexo-Idade	25.888	1	25.888	1.995	0.159
Sexo-Zona de Residência	83.525	5	16.705	1.288	0.271

Tabela 46. Two-way ANOVA para a História 2

Testes de Efeitos entre Assuntos					
	Tipo III Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Sexo-Idade	23.449	1	23.449	1.246	0.266
Sexo-Zona de Residência	109.071	5	21.814	1.169	0.326

Tabela 47. Two-way ANOVA para a História 3

Testes de Efeitos entre Assuntos					
	Tipo III Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Sexo-Idade	15.254	1	15.254	1.216	0.272
Sexo-Zona de Residência	35.407	5	7.081	0.557	0.733

Tabela 48. Two-way ANOVA para o Total Histórias

Testes de Efeitos entre Assuntos					
	Tipo III Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Sexo-Idade	191.436	1	191.436	1.793	0.182
Sexo-Zona de Residência	593.000	5	118.600	1.108	0.357